

FRANCISCO IRAPUAN RIBEIRO

ECOTURISMO
E
TURISMO DE
AVENTURA
EM TIANGUÁ, CE
INCIDÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS



Francisco Irapuan Ribeiro

**ECOTURISMO
E
TURISMO DE AVENTURA
EM TIANGUÁ, CE:
INCIDÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**

**Ituiutaba, MG
2016**



© Francisco Irapuan Ribeiro, 2016.
Editor: Anderson Pereira Portuguez.
Editoração: Francisco Irapuan Ribeiro e equipe E-books Barlavento.
Arte da capa: E-books Barlavento. Fotos de Tianguá e imagem de satélite Google Earth.

Contatos:

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Alaketu Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP38.307-854, Ituiutaba, MG.

Tel: 55-34-32689168 e 55-34-88629391

ilesebabaolorigin@yahoo.com.br

Conselho Editorial da E-books Barlavento:

Mical de Melo Marcelino (Editor-chefe).

Anderson Pereira Portuguez

Antônio de Oliveira Junior.

Claudia Neu.

Giovanni F. Seabra.

Hélio Carlos Miranda de Oliveira

Leonor Franco de Araújo

Maria Izabel de Carvalho Pereira.

Jean Carlos Vieira Santos

Ecoturismo e turismo de aventura em Tianguá, CE:
incidências socioespaciais / Francisco Irapuan Ribeiro.
Ituiutaba: Barlavento, 2016, 82 p.

ISBN: 978-85-68066-21-8

1. **1.** Ecoturismo. **2.** Turismo de aventura. **3.** Esportes radicais. **4.** Tianguá. **5.** Impactos ambientais.
I. RIBEIRO, Francisco Irapuan.

Todos os direitos desta edição reservados ao autor e à E-Books Barlavento. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio.



DEDICATÓRIA

Numa justa homenagem, dedico este trabalho a todos(as) os(as) professores(as) temporários(as) do Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos – MPGNT da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Em especial à profa. Coordenadora Luzia Neide Coriolano, uma sumidade em estudos do turismo sustentável no Brasil.

FRANCISCO IRAPUAN RIBEIRO.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
OPÇÕES METODOLÓGICAS	8
2 TURISMO NUMA ABORDAGEM CONCEITUAL	10
ENTENDENDO O ECOTURISMO	13
ESPORTES NO TURISMO DE AVENTURA	18
ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NO CEARÁ	23
3 TURISMO NA CHAPADA DE IBIAPABA	26
ESPECIFICIDADES GEOAMBIENTAIS NA CHAPADA DE IBIAPABA	26
MUNICÍPIOS DA CHAPADA DE IBIAPABA E OS ATRATIVOS	35
A OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ	40
4 ECOTURISMO E O TURISMO DE AVENTURA EM TIANGUÁ, CEARÁ	51
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA EM VILA ACARAPE	56
Aspectos ambientais	60
Aspectos econômicos	64
Aspectos socioculturais	65
SUGESTÕES PARA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM TIANGUÁ	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6 REFERÊNCIAS	71
SOBRE O AUTOR	81

APRESENTAÇÃO

Embora o turismo seja um tema que mereça maior atenção por parte da academia e dos órgãos de gestão pública, ele ainda é pouco abordado academicamente no contexto estadual. Por isso, este livro tem como objeto de estudo a dinâmica do turismo, sobretudo do ecoturismo e do turismo de aventura da Chapada de Ibiapaba, Ceará, com foco empírico no município de Tianguá, localizado a 350 km de Fortaleza, capital do Estado.

Tianguá, que compõe a Área de Proteção Ambiental (APA) denominada Serra de Ibiapaba, criada pelo Decreto s/n de 26 de novembro de 1996, está situada na biorregião do complexo da Serra Grande, juntamente com os municípios de Chaval, Granja, Moraújo e Viçosa do Ceará.

Importantes discussões e estudos sobre o ecoturismo e o turismo de aventura já foram realizados em diversas regiões do Brasil, mas muitos destinos, como Tianguá, ainda carecem de atenção, pois não foram pesquisados com a profundidade necessária à compreensão da dinâmica do turismo local.

O Nordeste brasileiro é uma macrorregião de paisagens complexas, multifacetadas e diversificadas tanto em seus aspectos naturais quanto culturais. Infelizmente, a midiáticação de uma imagem de litoral tropical, contrastando com a semiaridez da Caatinga, provocou certa deturpação da visão coletiva sobre o Nordeste que, para além destas duas feições geográficas, possui ainda muitas outras composições paisagísticas que são pouco divulgadas e pouco estudadas como, por exemplo, as suas serras e chapadas.

O estereótipo acerca das imagens do interior do Nordeste enfoca mais a aridez e as longas estiagens do que propriamente a importância humana e ecológica do bioma da caatinga que possui diversas potencialidades produtivas relacionadas tanto às suas feições naturais quanto ao seu amplo e complexo mosaico cultural.

O turismo pode se beneficiar dessa complexidade, focando-se de fato, em aspectos identitários regionais tais como as festas juninas, as peregrinações religiosas, a culinária típica, a musicalidade marcante ou mesmo os costumes cotidianos como as rodas de conversa nas calçadas das residências.

O Ceará, bem como os outros Estados nordestinos, tinha (e em parte ainda tem) sua imagem representada pelas secas e pela falta de qualidade de vida, entretanto, nos meados da década de 1980, com a mudança no cenário político-partidário, iniciou-se ampla campanha para que o Estado conseguisse melhorar sua representação no imaginário coletivo, caracterizando-se não mais pela pobreza ocasionada pelas secas, mas pelo seu potencial para diversas atividades produtivas, dentre elas o turismo, especialmente pelo fato de o Estado possuir uma extensa área litorânea. Dessa forma, o turismo despontou como um dos elementos que contribuiu (e ainda hoje contribui) para a desmistificação do Ceará rural, cedendo espaço ao título de "*Ceará terra do sol*", propício à prática do turismo quase o ano todo, além de possuir climas e paisagens diversificadas.

O Estado cearense já avançou bastante na meta de consolidar uma nova imagem por meio de ampla divulgação do litoral, conseguindo projetar, inclusive internacionalmente, algumas de suas praias mais longínquas, como é o caso de Jericoacoara e Canoa Quebrada, localizadas respectivamente nos municípios de

Gijoca de Jericoacoara e Aracati. É possível, portanto, refletir um pouco mais sobre a configuração do turismo nesse Estado para além do segmento “sol e praia”.

No Ceará existem diversos sistemas de chapadas e serras¹, porém três se destacam por sua extensão e importância geoambiental: Apodi, Araripe e Ibiapaba que são objeto da pesquisa. Estes sistemas possuem importantes recursos naturais e cênicos cujo potencial para a transformação do uso social de seus recursos merece ser analisado sob o olhar crítico e sistematizado da academia a fim de promover o desenvolvimento local.

O sistema de Apodi localiza-se no sudoeste do Ceará, estendendo-se para o território do Estado do Rio Grande do Norte. O segundo sistema, o da Chapada do Araripe, localiza-se no extremo sul do Estado, abrangendo ainda terras do Piauí e Pernambuco. Por fim, tem-se a Chapada de Ibiapaba, na região noroeste do Estado, onde as atividades de campo da presente pesquisa focaram o município de Tianguá.

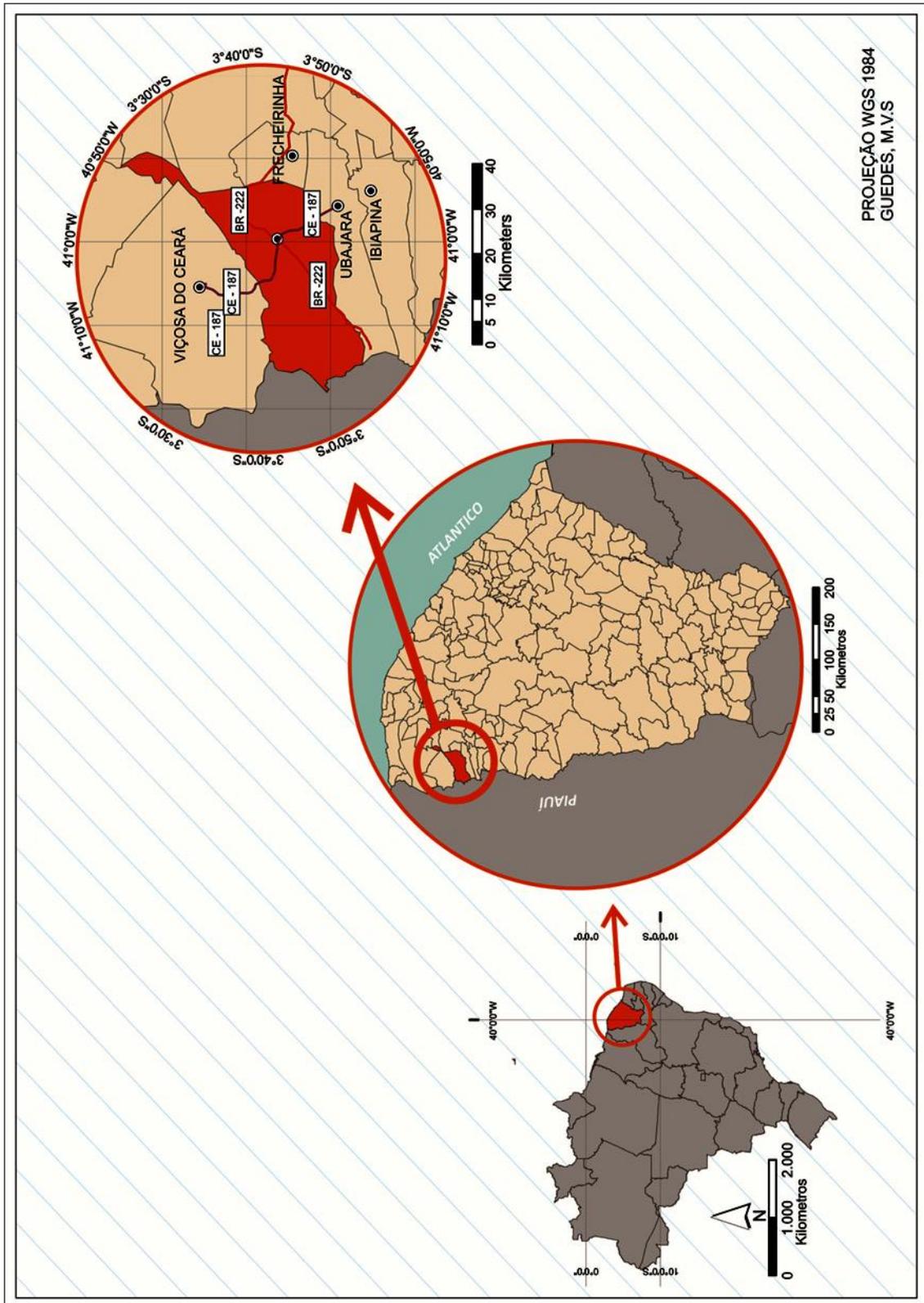
A Chapada de Ibiapaba, figura 1, importante destino turístico que ainda carece de atenção tanto do Estado quanto dos estudiosos da área, é um ambiente onde é possível identificar dinâmicas socioculturais e ambientais diferenciadas, nas quais a modernidade urbana e as tradições rurais contrapõem-se e se complementam.

As particularidades do ecoturismo e do turismo de aventura devem ser articuladas com o contexto mais amplo do turismo em si, praticado regionalmente. Nesse sentido, entende-se que existem em toda a Chapada de Ibiapaba e no Município de Tianguá, experiências relevantes que, embora pontuais, ao serem entendidas e reorganizadas, poderão contribuir para o desenvolvimento local e regional, bem como de outras localidades semelhantes em outros recantos do Brasil. Deve-se, ainda, reconhecer a necessidade de solidificar ações nesse sentido, pois as políticas públicas existentes não alcançam plenamente os aspectos que são relevantes para o desenvolvimento de base social e ecológica.

Em 2008, o autor desta pesquisa tornou-se membro de um grupo de estudos, vinculado à Universidade Estadual Vale do Acaraú, sobre ecoturismo e esportes de aventura na região noroeste do Estado do Ceará, ocasião em que nasceu o interesse em investigar o ecoturismo e o turismo de aventura na Chapada de Ibiapaba na esperança de contribuir para o planejamento e o desenvolvimento do setor em uma área com potencial para tanto.

Com base nesse contexto, impuseram-se os seguintes questionamentos: Como se configura o ecoturismo e o turismo de aventura na Chapada de Ibiapaba, em especial no Município de Tianguá, CE? O que a Chapada de Ibiapaba oferece como condição ao desenvolvimento do turismo?

¹ Conceitos geomorfológicos posteriormente discutidos no tópico 3.2



PROJEÇÃO WGS 1984
GUEDES, M.V.S

Figura 1 - Localização do município de Tianguá

Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M. V. S., 2013

Dessa forma, definiu-se como objetivo geral analisar o ecoturismo e o turismo de aventura no município de Tianguá e, em termos específicos:

- descrever a Chapada de Ibiapaba, com enfoque especial no Município de Tianguá;
- identificar os atrativos naturais para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo e do turismo de aventura em Tianguá;
- verificar os impactos socioambientais relacionados à prática turística e as suas consequências;
- sugerir caminhos para otimização do uso do espaço turístico com base nos princípios éticos da ecologia e da conservação socioambiental.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa realizou-se em três momentos distintos e complementares em que foram enfocadas as particularidades do lugar, o que dispensa estudos quantitativos e/ou comparativos. O primeiro corresponde à revisão da literatura sobre o tema que subsidiou a análise das questões levantadas, levantamentos em fontes documentais e cartográficas. No segundo passo, foi realizada uma série de trabalhos de campo, durante os quais foram entrevistados moradores locais e/ou empreendedores dos destinos visitados em Tianguá. Ainda nesta fase, foram feitas várias fotografias para documentar algumas discussões realizadas ao longo da narrativa acadêmica, além da aplicação de matrizes de análise de impactos ambientais, criadas com base em autores como Teixeira (2010), Butery Neto e Gicovate (2005) e Ferreira e Coutinho (2002). Por fim, o terceiro momento correspondeu à fase de análise dos dados, elaboração do material cartográfico e redação do texto.

Convém enfatizar que foram realizadas entrevistas semiabertas e narrativas semiestruturadas, de acordo com os pressupostos teóricos recomendados por Manzini (2004) e Bauer (2002) respectivamente. Assim, quando o pesquisador percebeu a necessidade de recuperar dados, as entrevistas foram gravadas a fim de possibilitar essa ação, assegurando maior qualidade e confiabilidade.

As entrevistas foram estruturadas com base em informações anteriormente colhidas em documentos e bibliografias, sempre direcionados ao campo de atuação do entrevistado. Uma vez feitas, apenas o conteúdo essencial à pesquisa foi selecionado e oportunamente citado no trabalho, de modo a ancorar a análise.

Esse livro está estruturado em 5 capítulos, dentre os quais é possível identificar no capítulo 1, seguinte à introdução, o conceito de turismo com base nos documentos disponibilizados por órgãos reguladores como: Organização Mundial do Turismo, Ministério do Turismo e Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, bem como o que está baseado nas discussões acadêmicas feitas por pesquisadores do turismo na contemporaneidade.

Em outro momento, foram abordados os segmentos do mercado turístico, inclusive pontuando algumas reflexões sobre a diversidade de práticas deste setor para, em seguida, focar especificamente o ecoturismo e o turismo de aventura.

No item em que se discutiu sobre as bases conceituais e sobre os fatores que estão vinculados ao ecoturismo, focaram-se também temas correlatos como: meio ambiente, sustentabilidade e, especialmente, a educação ambiental. Quanto ao

turismo de aventura, foi dada maior atenção à noção de esportes de aventura, pois a atividade turística na área pesquisada foi alavancada pela prática de voo livre, uma modalidade desse segmento.

Na sequência, foi estudada a relação entre ecoturismo e turismo de aventura em que se localizaram, em figura, os polos de ecoturismo no Estado cearense, a partir da base de dados disponibilizada pela Secretaria de Turismo do Ceará, bem como as rampas de voo livre disponíveis no *site* “Rampas Brasil”,² possibilitando delinear os imperativos entre esses segmentos, especialmente, na Ibiapaba.

Para o capítulo 3, em vista da necessidade de tratar mais propriamente o turismo não litorâneo e considerando os aspectos naturais como característica principal de Ibiapaba, optou-se por caracterizá-la pelo seu clima, relevo e características geomorfológicas. Em um segundo momento, estes dados foram relacionados com as práticas do ecoturismo e do turismo de aventura lá realizadas.

Mais especificamente sobre Tianguá, há um tópico sobre a oferta turística desse município, pois, mesmo reconhecendo que os ecoturistas e turistas de aventura se concentram nos ambientes naturais, eles estabelecem relações com o município, podendo se utilizar do que ele oferece como demanda.

Por fim, no capítulo 4, buscou-se entender o contexto do ecoturismo e turismo de aventura no Município de Tianguá, mostrando como estas atividades vêm participando da dinâmica local, mudando (positiva e negativamente) a paisagem e contribuindo para o desenvolvimento municipal.

² Página na internet, onde são disponibilizadas as características das rampas de voo livre no Brasil.

2 TURISMO NUMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Nesse tópico, será abordado minuciosamente o conceito de turismo, cujo significado tem sido discutido a partir de diversas premissas desde meados do século XX.

Embora, normatizado pela Organização Mundial do Turismo - OMT -, por uma legislação específica em cada Estado e conceituado por vários autores que apresentam estudos diversos sobre a múltiplas nuances do turismo, o fato é que, no Brasil e em muitos outros países, o turismo vem sendo trabalhado como uma área de estudos ainda em processo de consolidação.

Panosso Netto, Noguero e Jäger (2011), em um trabalho crítico acerca dos estudos sobre o turismo, abordam a complexidade desse fenômeno e realizam análises sob várias linhas de pensamento. Os autores advogam que tais estudos devem estar firmemente alicerçados na epistemologia e na filosofia e que, por essa razão, os argumentos e conclusões de muitos estudos desmoronam com facilidade e não chegam a alcançar o grau de respeitabilidade entre as chamadas áreas “duras” ou “científicas” do conhecimento.

Nechar e Panosso Netto (2010), num estudo sobre ciência e turismo, afirmam que essas são áreas cujo conhecimento produzido tem potencial para se tornar objeto de estudo, entretanto, mais que simples temáticas, possuem relevância em estratégias inter e transdisciplinares de investigação, pois permitem a formulação de discursos de caráter epistemológico, outorgando consistência científica ao turismo.

Segundo Cruz (2003), o conceito de turismo mudou muito ao longo do último século e não pode ser confundido com o de viagem, que sempre existiu na história da humanidade, porém, foi a modernidade urbano-industrial da segunda Revolução Industrial na Europa (último quartel do século XIX) que a transformou em uma prática planejada a partir das lógicas capitalistas daquele período (PORTUGUEZ, 2010).

Para a Organização Mundial do Turismo - OMT -, (2011) o turismo na contemporaneidade diz respeito às atividades realizadas pelas pessoas durante viagens e permanência em lugares diferentes do seu local de residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, para ócio, negócios e outras finalidades. Neste sentido, embora a viagem seja fator fundamental para a efetivação do turismo, ela por si só não caracteriza a atividade, pois são necessários outros elementos para que ela possa ser turística. A OMT reconhece ainda a ampla dimensão que a atividade vem alcançando neste século.

El turismo representa directamente el 5 % del PIB mundial. El turismo es responsable de más de 230 millones de puestos de trabajo, lo que es lo mismo, uno decada doce puestos de trabajo existentes en el mundo. El turismo es, a escala mundial, el cuarto sector en cuanto a volumen de exportaciones, después de los combustibles, los productos químicos y la automoción, y genera más de 1 billón de dólares de los EE. UU. Al año en exportaciones. En algunos países en desarrollo, el turismo puede representar más del 25 % del PIB. En 2012, habrá mil millones de turistas viajando por el mundo. (OMT, 2011, p, 01).

Dias (2008) adotou o conceito proposto pela OMT, mas esclareceu que a motivação para o turismo não pode estar relacionada com uma atividade remunerada no lugar visitado. Por outro lado, Ignarra (2003) amplia a definição

normativa da organização aventando algumas possibilidades de práticas que podem ser consideradas turísticas, apesar de muitos pesquisadores não as considerarem assim, como o turismo de negócios, por exemplo. Por isso, sugere que o turismo seja considerado um: “deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”. (IGNARRA, 2003, p. 14)

Cruz, (2003) após citar as premissas do conceito da OMT, discute outro aspecto relevante, afirmando que o turismo é fortemente influenciado pela cultura, pois “é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. (CRUZ, 2003, p. 5)

Sampaio (2004, p. 1), por sua vez, afirma que a prática tem sido considerada um fenômeno que, como demonstram as palavras a seguir, “pode ser observado no contexto histórico econômico-administrativo, sócio filosófico e ambiental. Estes contextos são interdependentes, interagindo, um com o outro seja se complementando ou se contradizendo.”

Para entender o turismo em Tianguá, baseando-se em Sampaio, (2005) buscou-se olhá-lo a partir de várias possibilidades enquanto fenômeno:

- Histórico, compreendido como instrumento (que, por isso, necessita de manuseio) facilitador do deslocamento humano, ou seja, pressupõe coordenação de algumas atividades, tais como hospedagem, refeições e entretenimento para que ocorra;
- Econômico administrativo, aspecto que está além de uma atividade utilitarista de feição econômica e compensatória, pois não se trata de “localismo exagerado” que seria a proposta de turismo numa perspectiva da socioeconômica, entretanto, há outros aspectos considerados importantes pelo autor;
- Filosófico-político-sociológico em que se faz necessário o resgate de valores da integridade verdadeiramente humana tal como era discutida na filosofia clássica, dentre eles o intelectual, o estático, o moral e o espiritual.
- Ambiental, em que se deve reconhecer que vem sendo discutido como uma atividade tipicamente econômica (indústria do turismo) sobreposta às atividades de cunho socioambiental abordada pelo autor como (turismo de base comunitária).
- Humano, que trata da ação mais totalizante que um fenômeno apenas predominantemente cultural a fim de escapar da concepção de lazer e de cultura condicionados pelo utilitarismo econômico vigente.

Nesta perspectiva, ressalta-se que ao longo da segunda metade do século XX, a classe média foi ampliada e/ou se consolidou em diversas nações, gerando a criação de um importante mercado potencial para a atividade turística explicada a partir de diversas lógicas do que Santos (2006) denominou “capitalismo informacional”. Como o turismo oferece oportunidades para consumidores oriundos de diferentes culturas, cujos interesses e poderes de gasto também são distintos, a oferta acaba por se segmentar para abarcar um volume maior de viajantes.

Em outras palavras, para atender aos interesses da demanda e dos empreendedores do setor, o mercado turístico tem se diversificado e segmentado, configurando a identidade de determinadas práticas e destinos. Segundo Beni (2007), a segmentação turística é a técnica estatística que permite decompor a demanda turística em grupos relativamente homogêneos e também a política de *marketing* que divide o mercado (relação oferta-demanda) em partes mais ou menos

homogêneas, cada uma com seus próprios canais de distribuição, motivações diferentes e outros fatores.

Conforme Ansarah e Panosso Neto, (2010) no Brasil, o tema segmentação passou a ser mais frequente nos currículos de turismo apenas na década de 1990, o que pode ser comprovado facilmente quando se verifica que os primeiros estudos brasileiros com esse assunto foram publicados há pouco mais de 18 anos. Identifica-se, assim, um maior avanço neste campo, pois o mercado turístico mundial desde antes de 1950 já aplicava técnicas de segmentação de mercado.

Ambos, ao tratarem sobre conceito de turismo, enfatizam que a ideia de segmentar o mercado turístico, em qualquer destino, possui o mesmo significado, qual seja: identificar pessoas com afinidades e desejos semelhantes que estejam dispostas a consumir um mesmo produto. Os autores afirmam ainda que as empresas turísticas fazem isso, pois com isso podem conhecer o seu consumidor e assim oferecer melhores produtos.

Ignarra (2003) entende que os critérios de segmentação dos mercados turísticos variam de autor para autor e sugere que, para que um segmento turístico seja específico e se converta em unidade de atuação de *marketing*, ele deve reunir requisitos como a homogeneidade em que são agrupados compradores muito similares; substancialidade, que tenha dimensão suficientemente rentável para ser atrativo; e acessibilidade efetivada por intermédio dos meios de comunicação e comercialização. De acordo com o teórico, no critério adequação, torna-se essencial que os segmentos que utilizarem o mesmo produto, sejam afins, bem como que, quando se trata da quantificação e da capacidade de resposta, o segmento possa ser medido, quantificável.

Sobre segmentação de mercado, ele as classifica como: geográficas, relacionadas ao ciclo de vida do destino, demográficas, psicográficas e comportamentais. Sugere tal critério a partir dos seguintes itens: nível de renda, meio de transporte, duração da permanência, distância do mercado consumidor, tipo de grupo, sentido do fluxo turístico, condição geográfica da destinação turística, aspecto cultural, grau de urbanização e também, motivação da viagem.

Em caderno técnico relacionado às segmentações do turismo e do mercado e publicado pelo MTUR, (2010) são apresentadas as segmentações de base geográfica, demográfica e socioeconômica; psicográfica (de ordem psicológica); conforme padrões de comportamento e ainda conforme padrões de consumo e predisposição do consumidor. Porém, a forma como o mercado turístico tem sido segmentado no Brasil é criticada por autores como Portuguesez (2005), para quem os segmentos são muitas vezes criados de forma casuística, acrítica e com base em *slogans* de publicidade e não exatamente em critérios de fragmentação do mercado a partir de estratégias bem planejadas de *marketing*.

Tempos depois, segundo este mesmo autor, quando os novos termos para designar os segmentos mais exóticos e inusitados do turismo se popularizam, tornam-se camisas-de-força para os estudiosos do tema, pois estes se veem obrigados a lidar e a explicar temas e termos que originalmente não foram cunhados nem por acadêmicos nem com interesses científicos.

A segmentação do mercado turístico (especialização da oferta e formação da demanda a partir de motivações específicas de consumo) depende em larga medida

do processo de turistificação dos núcleos receptores, ou seja, da forma pela qual a atividade turística se apropria do espaço e passa a participar de sua dinamização.

Por se considerar que este estudo está voltado às práticas de turismo em meio natural, como ecoturismo e turismo de aventura no Município de Tianguá, entende-se necessário especificar o estudo sobre esses segmentos. Cabe ressaltar que as duas práticas se rivalizam ou competem entre si, pelo contrário, elas se complementam e muitas vezes são praticadas pelos mesmos grupos de viajantes. Há, portanto, um certo grau de hibridismo que, contraditoriamente, não descaracteriza o ecoturismo nem o turismo de aventura.

ENTENDENDO O ECOTURISMO

Conforme Coriolano, (2012) o segmento “ecoturismo” surge nos anos de 1980 para atender a uma demanda especializada, ligada à natureza, com proposta conservacionista. “Um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, com as populações locais, associa-se à qualidade de vida, proteção dos patrimônios que coloca em prática princípios e intenções do desenvolvimento sustentável.” (CORIOLANO, 2012, p. 149).

Segundo o MTUR, (2013) o ecoturismo, termo introduzido no Brasil no final dos anos 1980 seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente, é o ramo da atividade turística baseado no contato com a natureza cujas atividades são relacionadas à sensibilização e à conservação ambiental. As principais características do ecoturismo são a realização de atividades como caminhadas, mergulhos, trilhas e safáris fotográficos; a proteção e a conservação dos recursos naturais; e o estímulo à educação ambiental. Por esses motivos, ele está diretamente ligado ao turismo sustentável, pois este também atende às necessidades dos turistas sem prejudicar as regiões receptoras. Os principais destinos de ecoturismo no Brasil, conforme MTUR (2013) são: o Pantanal (MT/MS), a Chapada Diamantina (BA), Maceió (AL) e Barcelos (AM), ideal para a pesca esportiva. As cidades de Bonito (MS) e Foz do Iguaçu (PR) também encantam turistas brasileiros e estrangeiros com suas belas paisagens naturais.

De acordo com Pires (2005), o ecoturismo estabelece ligações com o turismo cultural e o turismo rural na medida em que a experiência e o produto ecoturístico podem proporcionar experiências combinadas desses segmentos, sem, no entanto, se descaracterizar ou descaracterizá-los como é possível notar por meio das definições a seguir: educativo e interpretativo; lúdico e recreativo; científico e especialista; místico e exotérico e por fim, esportivo e de aventura.

Moreira (2009) considera que o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo técnico-científico, o geoturismo, entre outros, estão vinculados, visto que o patrimônio geológico pode ser utilizado por qualquer um destes segmentos praticados em áreas naturais, porém cada um deles tem um conjunto próprio de características que lhe garantem existência própria. Tal discussão foi justamente o que levou Portuguez (2005) a afirmar que a segmentação turística no Brasil é exageradamente fragmentada, carente de racionalidade, acrítica, confusa e atende muito mais a interesses midiáticos que científicos.

Silva (2007) reconhece o consenso entre os principais autores ao conceituar ecoturismo como o que ele considerou “modalidade que mais se aproxima de uma exploração realmente equilibrada, em seus três elementos básicos para um turismo sustentável”. (SILVA, 2007, p. 265). Dentro dessa perspectiva, o ecoturismo se mantém sobre os três principais pilares da sustentabilidade: ambiental, porque necessita e busca a conservação dos recursos paisagísticos e naturais; econômico, porque procura melhorar as condições das populações das localidades de destino; e por fim, social, porque deve ajudar a aproveitar os valores e patrimônios culturais das comunidades envolvidas, estimulando a sua ativa participação.

Para o autor, dentre as práticas relacionadas ao ecoturismo, que não deve ser confundido com o turismo de natureza que é explorado em massa, podem ser citadas:

- Ecotrilhas: percurso a pé, relativamente curto, com até um grau médio de dificuldade, conhecendo ecossistemas e paisagens de grande riqueza cênica e interpretativa;
- Montanhismo: percorridos a pé em áreas montanhosas, com um grau médio de dificuldade;
- Caminhadas: passeios geralmente de longo percurso, para apreciação cênica de ecossistemas e paisagens;
- Espeleoturismo leve: percurso em grutas e cavernas com baixo a nenhum risco ou dificuldade;
- Ciclismo: longos passeios ciclísticos por estradas ou caminhos de pouco movimento e de elevada beleza cênica;
- Equitação e cavalgadas: ensino e práticas de equitação em ambientes apropriados, podendo ser de média ou longa distância;
- Observação de aves: em áreas conservadas em que os turistas possam constatar a presença e o comportamento da avifauna.

Para o MTUR (2008), o ecoturismo busca atender às motivações específicas por meio de atividades passíveis de serem praticadas com outras finalidades, configurando outros segmentos. Porém, o que caracteriza o segmento são aquelas resumidas em observação e contemplação da natureza e que podem ocorrer de diversas formas e meios:

a) Observação - exame minucioso de aspectos e características da fauna, da flora, das formações rochosas e outras que exigem técnicas de interpretação ambiental, guias e condutores especializados e equipamentos e vestuário adequados e se subdivide em:

- observação de fauna - consiste em observar, identificar, estudar comportamentos e *habitats* de determinados animais com destaque para aves, mamíferos cetáceos, insetos, répteis, anfíbios e peixes.
- observação de flora - consiste em observar, identificar e estudar as características da vegetação, principalmente das plantas medicinais, ornamentais, utilitárias e de exuberância paisagística.

b) Contemplação - apreciação da flora, da fauna, das paisagens e dos espetáculos naturais como as Cataratas do Iguaçu, os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, a Floresta Amazônica, segmentada em tipos como:

- caminhadas - percursos a pé para a fruição e a observação da natureza, com possibilidade de interpretação;
- mergulho - observação, contemplação e fruição de ambientes submersos, com ou sem a utilização de equipamentos especiais;
- safáris fotográficos - itinerários, a pé ou com a utilização de um meio de transporte apropriado, organizados para fotografar paisagens singulares ou animais;
- trilhas interpretativas - conjunto de vias e percursos com função educativa e vivencial.

O ecoturismo possui características específicas observáveis a partir da compreensão de que “traz como elemento principal, em diferentes definições conceituais, a interação direta do turista com o ambiente natural e com a cultura local, buscando a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente natural e cultural.” (MTUR 2011, p. 38). Neste sentido, é possível entender que esse segmento potencializa a volta ao ambiente natural e, conseqüentemente, o sentimento de voltar a si mesmo, às suas origens.

Como um segmento de mercado turístico ou como uma atividade humana, que se caracteriza por viagens realizadas em meio à natureza, que se utilizam predominantemente dos recursos naturais como forma de atração e de visitação turística, constituindo-se como uma matéria-prima para o desenvolvimento do ecoturismo (BUENO, 2008, p. 04).

Portanto, na prática do ecoturismo, é reconhecido o valor atribuído aos aspectos naturais, entretanto, convém ressaltar a necessidade da existência de uma conexão entre o ser humano e os outros elementos da natureza, pois, de acordo com o MTUR (2011), o principal elemento de indução do fluxo de turistas para um determinado destino onde há a prática do ecoturismo é a riqueza do patrimônio natural e sociocultural. Esta conexão possibilita experiências individuais que podem servir para sensibilizar o ecoturista, podendo, inclusive, promover uma maior interação com o meio natural.

De fato, de acordo com as ideias de Frederico e Bruns (2012), o ecoturismo é uma ferramenta de possível intervenção no patrimônio natural por meio da dimensão subjetiva e experiencial do ser humano. Mas, por outro viés, o ecoturismo é também um negócio e, diante disso, não pode abrir mão do lucro, mas buscá-lo sem se esquecer da sustentabilidade.

Coriolano (2011) sugere que o redirecionamento do ecoturismo a partir de exigências éticas e de sustentabilidade evita o “triumfalismo das estatísticas avantajadas” que observam apenas as “estrelas” dos hotéis, mas se esquecem da contemplação das noites estreladas e enluaradas como parte do sucesso do ecoturismo.

Zismam (2004) coloca outros aspectos relacionados aos que têm sido apresentados como prática ecoturística afirmando que existem sérios equívocos no que tange às práticas, ao planejamento e às atitudes vivenciadas em atividades realizadas em áreas naturais. Por esse motivo, são urgentes reflexões que apontem novas perspectivas para uma lógica de superação do lazer “mercadológico” e mal planejado visando à sensibilização ambiental.

Pedrini afirma que o ecoturismo é como um derivado do turismo responsável que supera a ambiguidade do sustentável e: “seria realizado em áreas naturais e controlado pelas comunidades locais gerando benefícios essencialmente para elas e para a conservação da biodiversidade.” (2007, p. 251). Assim, é necessário refletir sobre questões que comprometam esse entendimento.

Um dos fatores observados tem sido essa apropriação indevida do conceito de ecoturismo, afastando-o de sua essência. Zisman reconhece que as divergências filosóficas, ideológicas e conceituais sobre a atividade talvez representem o tópico central a ser equacionado e trabalhado metodologicamente como ponto de partida para o desenho estratégico de programas específicos de educação ambiental. Afirma ainda que, embora os princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e o conceito plenamente compreendido pelos estudiosos da área, “na prática, o trabalho com Educação Ambiental ainda carece de uma visão estratégica que promova seu desenvolvimento em nível nacional.” (2007, p. 50).

Conforme Lima Júnior, (2012) o ecoturismo é visto atualmente como uma alternativa para a conservação ambiental, pois desenvolve a sustentabilidade e cria uma interdependência entre os setores sociais, culturais, econômicos e ambientais. Entretanto, não deve ser visto como a solução para os problemas locais, uma vez que, quando o projeto de implantação não atende aos requisitos socioambientais, o ecoturismo pode causar impactos que o desvinculam de seu objetivo inicial.

Xavier (2005) afirma que a prática correta do ecoturismo complementa a educação ambiental, pois transmite todas as instruções educacionais para que se atinja a forma sustentável e a menor ação impactante do turista. A autora reitera também que é a partir de uma nova conduta baseada nessa forma de pensar que é possível evitar muitos acontecimentos trágicos e efeitos maléficos nos locais de visitação destinados ao ecoturismo.

O Art. 13 da lei nº 9795/1999 do CONAMA, (1999) referente à Educação Ambiental, normatiza as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, assegurando que:

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais; IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII - o ecoturismo. (CONAMA, 1999, p. 1).

Nesse sentido, Rodriguez e Silva (2013), ao tratarem sobre a construção do novo paradigma ambiental, ressaltam que o conceito-núcleo é meio ambiente ao qual relacionam várias definições, cada uma delas vinculada a uma determinada corrente epistemológica. Assim sendo, os autores sugerem esses conceitos sobre meio ambiente: visão biológica, visão antropocêntrica, visão holística, visão global, visão da ecologia humana, meio ambiente como espaço e como representação social.

Diante dessa perspectiva, quando a população entender que o pensamento de preservação e de conservação do meio-ambiente não é dever apenas do Estado, mas função de todos os cidadãos, ela poderá contribuir diretamente para as questões ambientais. É justamente, a partir dessa perspectiva que este estudo se estrutura, compreendendo a necessidade de uma visão sistêmica do contexto estudado.

Para Jacobi (2004), o início do XXI é marcado por uma emergência socioambiental que promete se agravar caso sejam mantidas as tendências atuais de degradação, problema enraizado na cultura, no pensamento, nos valores, nos pressupostos epistemológicos e no conhecimento que configuram o sistema político, econômico e social em que vivemos.

Para Martine, uma população pode ocupar o mesmo espaço de diversas maneiras que podem ter implicações ambientais significativamente diferentes. Tentar entender quais são as opções de ocupação do espaço e seu significado ambiental é uma maneira de abrir caminhos úteis para a pesquisa e a política, contribuindo, também, para reflexões sobre o que a civilização moderna precisa fazer para alcançar a sustentabilidade. (2007, p. 181).

Matsushima (1991) propõe a leitura e a transformação concreta da realidade de cada indivíduo, de um lado colocando a necessidade de dotar as pessoas de certo conhecimento básico em Ecologia e Educação Ambiental dentro de uma visão integradora de mundo e de vida independentemente da sua ocupação, formação ou categoria social; de outro, a de introduzir atividades que lhes permitam desenvolver o exercício da percepção de si, do outro e do entorno.

Para Carvalho (2004), as práticas agrupadas sob o conceito de educação ambiental têm sido categorizadas de muitas maneiras: educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras. Em quase todas elas, diz Rodriguez e Silva (2013), a educação ambiental é vista como um processo de aprendizagem e comunicação das questões relacionadas com a interação do ser humano com o meio-ambiente, tanto em âmbito global, natural, como no criado pelo homem. Assim sendo, os educandos poderiam participar de forma responsável na preservação do ambiente e na solução dos problemas a ele relacionados, na gestão do uso de recursos e serviços, bem como na elevação da qualidade de vida e na conservação e proteção ambientais.

Os autores consultados afirmam que a Educação ambiental surge como uma necessidade de sensibilização da humanidade acerca do seu próprio desaparecimento e de ultrapassar a crise ambiental contemporânea. Diante desse contexto, Rodriguez e Silva (2013) seguem as diferentes concepções de educação ambiental apoiadas em modelos de educação, dentre elas, a tecnicista, a comportamental, a ética e a ético-social.

Como característica da modernidade ecológica, a educação ambiental tecnicista é uma corrente política que considera não ser necessário mudar o sistema sociopolítico do capitalismo, mas sim priorizar a vertente neoliberal que apregoa a competitividade, o utilitarismo, o eficientismo e o pragmatismo exacerbado como elementos fundamentais da visão de desenvolvimento. Sobre isso, Carvalho (2010) pensa que a valorização da aprendizagem de comportamentos ecologicamente corretos surge a partir de conhecimentos de ordem pragmática e utilitária, ignorando a dimensão emocional, imaginativa e subjetiva.

Rodriguez & Silva (2013) consideram a concepção comportamental uma característica da corrente do ambientalismo pragmático que, embora considere manter sem que seja necessário mudar estruturalmente o regime capitalista, parte da ideia de que apenas as transformações tecnológicas não são suficientes, sendo necessário um controle estatal no mercado e uma mudança de comportamentos, de estilos de vida e dos hábitos de consumo limitados ao consumismo, atitudes que possibilitariam a implementação do consumo verde.

A Educação ambiental ética reivindica um posicionamento dessa ordem quanto à dimensão subjetiva dos indivíduos e da cultura. Normalmente, se considera que a chave da compreensão do problema social está no mundo da cultura, na vida social em sua totalidade, por isso ela é fundamentalmente propugnada pelos movimentos da ecologia radical, como a ecologia profunda (*deep Ecology*), a Ecologia Social e outras.

Por fim, a concepção ético-social enfatiza o papel da formação dos indivíduos não só no âmbito de educação formal, como também na aquisição de um sistema amplo e dinâmico de conhecimentos que seriam adquiridos somente na escola, tornando-os críticos, capazes de entender e também transformar o mundo e a sociedade.

ESPORTES NO TURISMO DE AVENTURA

O turismo de aventura associado aos esportes é um segmento do mercado turístico, pois é composto por um conjunto específico de ofertas em que se associam a infraestrutura e os serviços existentes em um determinado local. Esta oferta diferenciada passa a interessar a uma demanda específica, geralmente composta por pessoas ávidas por aventura, espaços dotados de patrimônio natural protegido/conservado, serviços especializados e seguros, entre outros.

Conforme o MTUR (2008), o turismo de aventura é o segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades condizentes com a sua designação e esporte recreacional em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos de segurança pessoal e de terceiros, bem como o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.

Holleben (2009) afirma ainda que o turismo de aventura é um segmento que prioriza o contato com a natureza, por meio de atividades físicas individuais ou em pequenos grupos podendo ser praticada por qualquer pessoa, inclusive com deficiências, considerando que os processos de segurança são determinantes para sua prática.

Com base na ideia de Uvinha (2005), a expansão mundial dessa modalidade de turismo está relacionada à demanda e à oferta, denotando a esse segmento um forte apelo comercial. Ainda conforme o autor, essas atividades são pautadas na associação esporte/turismo, acarretando a especialização dos serviços oferecidos.

Para Schwartz (2012) o turismo de aventura mobiliza famílias, esportistas, acompanhantes e indivíduos curiosos, os quais optam deliberadamente por se envolver como expectador, como praticante esporádico ou como esportista. Neste sentido, o turista de aventura gosta de atividades em contato com a natureza, da

beleza de uma área natural conservada, do prazer de observar a fauna em seu *habitat* natural, de explorar, de descobrir e aprender, de superar obstáculos e sentir o prazer disso. (PINHEIRO, 2008)

Retomando ao pensamento de Schwartz (2012), os pontos positivos dos gastos com essa modalidade podem trazer benefícios de diferentes magnitudes entre os quais se destacam as possibilidades de vivência do lazer proativo com mais incentivo à prática regular de atividades físicas.

Neste sentido, Paixão e Costa (2009) destacam que o turismo e o esporte de aventura são distintos, cada um com objetivos específicos, mas, na grande maioria das vezes, há uma tendência entre as pessoas de considerá-las uma mesma “coisa” talvez em decorrência do fato de que o contato com a natureza por meio das práticas corporais é característica comum entre os esportes e o turismo de aventura.

Alguns cursos de graduação em Turismo e em Educação Física no Brasil têm começado a implantar em suas grades curriculares conteúdos referentes às atividades de aventura. (TAHARA e CARNICELLI FILHO, 2012) Entre os principais autores que têm desenvolvido estudos sobre a prática, merecem destaque os estudiosos da cultura corporal do movimento, em temáticas como educação física, lazer e esportes de aventura.

Na perspectiva de Tahara e Carnicelli Filho (2012), o turismo e os esportes de aventura vêm alcançando um espaço de maior visibilidade em eventos científicos das áreas, como é o caso do Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA), Simpósio de Turismo Sertanejo, Congresso Nacional de Turismo Comunitário, entre outros e também em periódicos especializados nos quais se percebe o crescente número de publicações relacionadas à temática.

Importa ressaltar a relação entre os termos aventura, natureza e radical, pois são formas comuns de tratar os esportes estudados neste trabalho. Assim entendendo, reporta-se ao trabalho de Tubino (2010) que agrupa esses termos, pois, para ele, o aumento ininterrupto do movimento esportivo mundial se deve ao surgimento de novas modalidades esportivas especialmente nas correntes dos Esportes Aventura/na Natureza/Radicais:

Esportes Aventura/na Natureza/Radicais, realizados nos quatro ambientes (terra, água, ar, gelo/neve), são esportes de conquistas individuais e de desafios, em que as manifestações esportivas interagem com fronteiras muito próximas. É uma corrente que, pelos riscos que oferece e as possíveis lesões ambientais que podem provocar, precisa, num país continental como o Brasil, de incontáveis possibilidades, receber regulamentações que possam colocar essas importantes práticas esportivas em caminhos desejáveis. (2010, p. 59).

O CNE (2007) conceitua o Esporte de Aventura como o conjunto de práticas esportivas, formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza e que despertem sensações e emoções em decorrência da incerteza em relação ao meio e do risco calculado, além do fato de serem realizados em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), na exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes ou em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental.

Ao tratar do tema “esportes de aventura”, Marinho afirma que estes assumem tendências que conduzem a diferentes modos de atuação no momento em que o praticante entra em contato com o espaço onde realizará as atividades esportivas.

A natureza contemporânea pode ser considerada como território da experiência, afastando-se da contestação inicial. Porém, é importante lembrar que experiência está associada a tentar, testar, arriscar, ou seja, implica em aventurar-se. Pode-se visualizar aí uma espécie de protesto contra um ritmo de vida orientado unicamente para a produção. (2010, p. 142).

Carvalho (2005), considerando o tema como esportes na natureza, salienta que os mesmos surgiram espontaneamente por volta da década de 1960 e se desenvolveram mais a partir dos anos 1970 e hoje os praticantes conseguem superar estigmas históricos segundo os quais os esportes na natureza se limitavam ao uso dos espaços não urbanos.

Muitos praticantes se propõem ainda a se engajar também em causas ligadas à preservação ecológica, cultural, da geodiversidade e outras. Neste sentido, Carvalho (2005) afirma que hoje as atividades esportivas têm desempenhado um papel tanto social como educacional e têm proporcionado algumas mudanças como: a) ocupação do tempo livre em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida e, conseqüentemente, cada vez mais estressante; b) revitalização de áreas rurais, antes em completa decadência; c) despertar de interesses políticos e financeiros em todo o mundo, levando à criação de leis que regulamentem o acesso e a utilização dos ambientes.

Uvinha (2001) aponta o vínculo da palavra “radical” com a aventura quando sugere o gosto pelo risco, percepção também apontada na resolução nº 18, do CONAMA - Conselho Nacional de Esporte - CNE - que diz:

Esporte radical é conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. (CNE, 2007, p. 1).

Dentre outras vantagens, em obra de 2009, o autor sugere que o momento de prática de esportes radicais seria “potencializador” de um espaço significativo para o jovem em seus momentos de lazer, podendo ainda ser entendido como elemento para as experiências coletivas, ou como expressão de sentimentos, do gosto pela aventura, da percepção das mudanças físicas pelas quais passa seu corpo e as representações sociais a ele associadas.

Desse modo, a prática dos esportes radicais está diretamente ligada aos ambientes onde é realizado o turismo de aventura. Uma das formas de apropriação dos espaços naturais ocorre por meio do esporte. Esse, por sua vez, assume tendências que conduzem a diferentes modos de atuação no momento em que o praticante entra em contato com o espaço que o recebe para a realização das atividades esportivas.

Vale ressaltar que Spink, Aragaki e Alves, (2005) diferentemente dos discursos sobre turismo de aventura, acreditam que a atração pelos esportes radicais advém da equivalência entre risco e adrenalina. Assim, uma atividade que proporciona isso é o voo livre, abordado por Pimentel, (2008) como ritual que pode ser realizado por meio de asa-delta ou, mais recentemente, paraquedas

apropriados, denominados *parapente* (em francês) ou *paraglider* (em inglês). Esses tipos de “asa” envolvem aprendizado específico devido às peculiaridades técnicas e há algumas aproximações como gestos que, conforme Pimentel são “ambiguamente” objetivos e subjetivos, em que a efetivação consciente das tarefas mínimas comuns a todos os pilotos exige formação geralmente de quatro dias a seis meses.

Paixão *et. al.*, (2010) afirmam que a prática do voo livre aliada aos avanços tecnológicos pode ser realizada com diferentes objetivos e de diversas formas e, dependendo do nível técnico, o praticante pode utilizar asa-delta ou parapente desenvolvidos para propiciar alta, média ou baixa performance. Sobre essas duas práticas de voo, a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) descreve:

1. Asa delta é fabricada de um tecido resistente (dacron), um trapézio de tubos de alumínio (para controlar a direção), um tubo transversal (para sustentar a asa aberta), a quilha (centro de gravidade), dois tubos angulares na ponta dianteira da asa, um cinto e um mosquetão (para prender o piloto à asa). Um voo bem-sucedido depende da checagem dos equipamentos, que devem seguir normas de segurança, das condições climáticas e da experiência do piloto, o que requer um curso especializado. Para experimentar a sensação de voar, pode-se praticar um voo duplo, junto com o instrutor.
2. Paraglider, ou parapente, um paraquedas inflado com o vento durante o salto de uma rampa, permite apreciar paisagens do alto, em voo que dura minutos. O paraglider é composto por um velame de nylon, cadeirinha (para proteger a coluna) e linha de comando, que direcionam o voo. Controlado por duas cordas laterais feitas de aramida, uma espécie de nylon, o parapente tem fácil dirigibilidade e permite muitas manobras. (ABETA, 2013, p. 1).

Há diferenciações nas práticas de voo livre com asa delta e parapente: a primeira é considerada de alto custo, pois exige investimento em equipamentos e recursos humanos para decolagem e resgate. “A Asa Delta é uma aeronave fabricada com alumínio, fibra de carbono e tecido. O piloto voa deitado suspenso sob a aeronave que é dirigida pela deslocação do seu corpo no interior do trapézio. A velocidade de voo varia entre 26 e 130 km/h.” (FPVL s/d, p. 8). Mesmo sendo considerado um esporte de alto risco, oferece maior estabilidade para o voo por ser de estrutura rígida e, em caso de problemas na asa, não há queda livre, ou seja, ela é aplainada. O Parapente, por sua vez, conforme FPVL (s/d) tem a vantagem de ser mais leve e de fácil arrumação, a sua aprendizagem ser mais rápida, a decolagem e a aterrissagem mais lentas e em locais menores.

Pimentel (2008) ressalta que as condições ideais para o voo livre são nuvens esparsas, sol forte e vento batendo de frente com a rampa numa velocidade de 24 km./hora, porém nem sempre isso acontece, pois, conforme a época do ano e os horários, as térmicas, as nuvens e o vento se manifestam de formas diferentes. Diante disso, e por reconhecer que em Tianguá a prática do parapente é predominante em detrimento do uso de asa delta, optou-se por detalhar no quadro 1, os níveis de formação com base em uma das mais destacadas instituições de preparação para uso de parapente.

Quadro 1 - Parapente: Níveis de Formação, conforme Federação Portuguesa de Voo livre.

NÍVEL 01	Adaptação
Tipologia	Compreende uma introdução ao parapente com voo em bilugar. Segue-se prática de destrezas no solo, Voo baixo (Adaptação) e Voo Planado junto ao solo nunca acima dos 10 metros.
Objetivos	Conhecer a nomenclatura da asa de Parapente. Adquirir conhecimentos básicos de aerodinâmica e aerologia. Adquirir conhecimentos sobre segurança em Parapente. Aprender a técnica do inflado de frente (de costas com vento superior ou igual a 15 km). Aprender a descolagem em pendente de escola. Aprender a aterrar.
NÍVEL 02	Iniciação
Tipologia	Voo planado (Iniciação). Voo Planado com altitude e distâncias suficientes para manobrar a aeronave com relativa facilidade. Prática de destrezas no solo.
Objetivos	Aperfeiçoamento das destrezas no solo. Voos planados diretos de desníveis superiores. Aquisição de conhecimentos teóricos de meteorologia básica, segurança, legislação aeronáutica, e regras de voo. Aprender a planear um plano de voo. Adquirir progressiva autonomia de voo.
NÍVEL 03	Aperfeiçoamento
Tipologia	Voo Dinâmico (Aperfeiçoamento 1). Voo em ascendente dinâmica, permanência de voo com suporte de ascendente originada numa encosta, falésia ou duna, por ação de vento laminar ou de restituição térmica, com distância confortável em relação ao terreno, obstáculos e tráfego (aéreo). Nota: No final desta etapa e após exame final teórico e prático com aproveitamento (realizado pela FPVL), o aluno passa a piloto autónomo - Licença Piloto Nível 3.
Objetivos	Aquisição de competências necessárias ao voo sem acompanhamento por parte do instrutor. Domínio do voo em dinâmico com durações longas. Aprendizagem de técnicas básicas de descida rápida. Aquisição de competências teóricas nas áreas da Meteorologia, Aerodinâmica, Primeiros Socorros, Materiais, Legislação e Regras de Voo.
NÍVEL 04	Voo em Térmica
Tipologia	Realização de voos em térmica com acompanhamento por parte de instrutor. Acumulação de no mínimo 5 horas de voo em térmica.
Objetivos	Aquisição de competências para voo em térmica. Aperfeiçoamento de matérias teóricas relacionadas com a meteorologia e a aerodinâmica necessárias para o voo em térmica.
NÍVEL 05	Alto Rendimento
Tipologia	Voo Distância (Alto rendimento). O piloto recorre a correntes de ar ascendente para viajar para um ponto remoto ao da descolagem (podendo por vezes regressar).
Objetivos	Recolha de Informações meteorológicas e análise, estudo e análise de planeamento de voo. Utilização de figuras (navegação em terreno hostil). Estudo e conhecimento geral aprofundado de lei aérea (cartas de navegação). Treino e manuseamento de equipamentos técnicos específicos. Segurança e Competição.

Fonte: Centro de Atividades de Montanha. <http://www.sam-cam.com/escola.htm#n1>

Após entender o contexto do voo livre em seus enquadramentos conceituais e as características da asa delta e do parapente, esse estudo foi aplicado ao ecoturismo e ao turismo de aventura, no Estado do Ceará, porque o cenário desses segmentos turísticos mantém relações sempre muito próximas aos esportes de aventura, o que permite lançar um olhar mais especializado sobre as experiências do turismo em Tianguá em item posterior.

ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NO CEARÁ

É necessário mostrar o panorama geral do ecoturismo e do turismo de aventura no estado cearense, bem como, suas aplicações práticas na região da Chapada de Ibiapaba e, para tanto, foi considerada sua relação com o contexto do Município. Nos últimos anos, os estudos sobre a prática ecoturística e de turismo de aventura têm sido uma constante em todo o mundo, muito provavelmente em virtude da valorização do turismo em geral, em especial, dos segmentos pontuados pela consciência de desenvolvimento sustentável.

Especificamente no Estado do Ceará, as práticas de ecoturismo e de turismo de aventura compartilham espaços comuns, por esse motivo é relevante a elaboração de uma figura, baseada em SEBRAE (2005), onde é possível identificar os polos de ecoturismo e que possa ilustrar as práticas desses segmentos. Entretanto, para o reconhecimento dos dados da figura, tanto os polos quanto as rampas de voo livre, foram elencados apenas os locais devidamente mapeados e que constam em documentos oficiais. Além disso, foram acrescentadas informações do *site* “Rampas Brasil”, porque neste estudo o turismo de aventura sempre se relacionará com o voo livre.

Na figura 2, o símbolo do voo livre identifica os locais onde ocorre turismo de aventura e os polos de ecoturismo são identificados com cores diferentes para representar as regiões ecoturísticas.

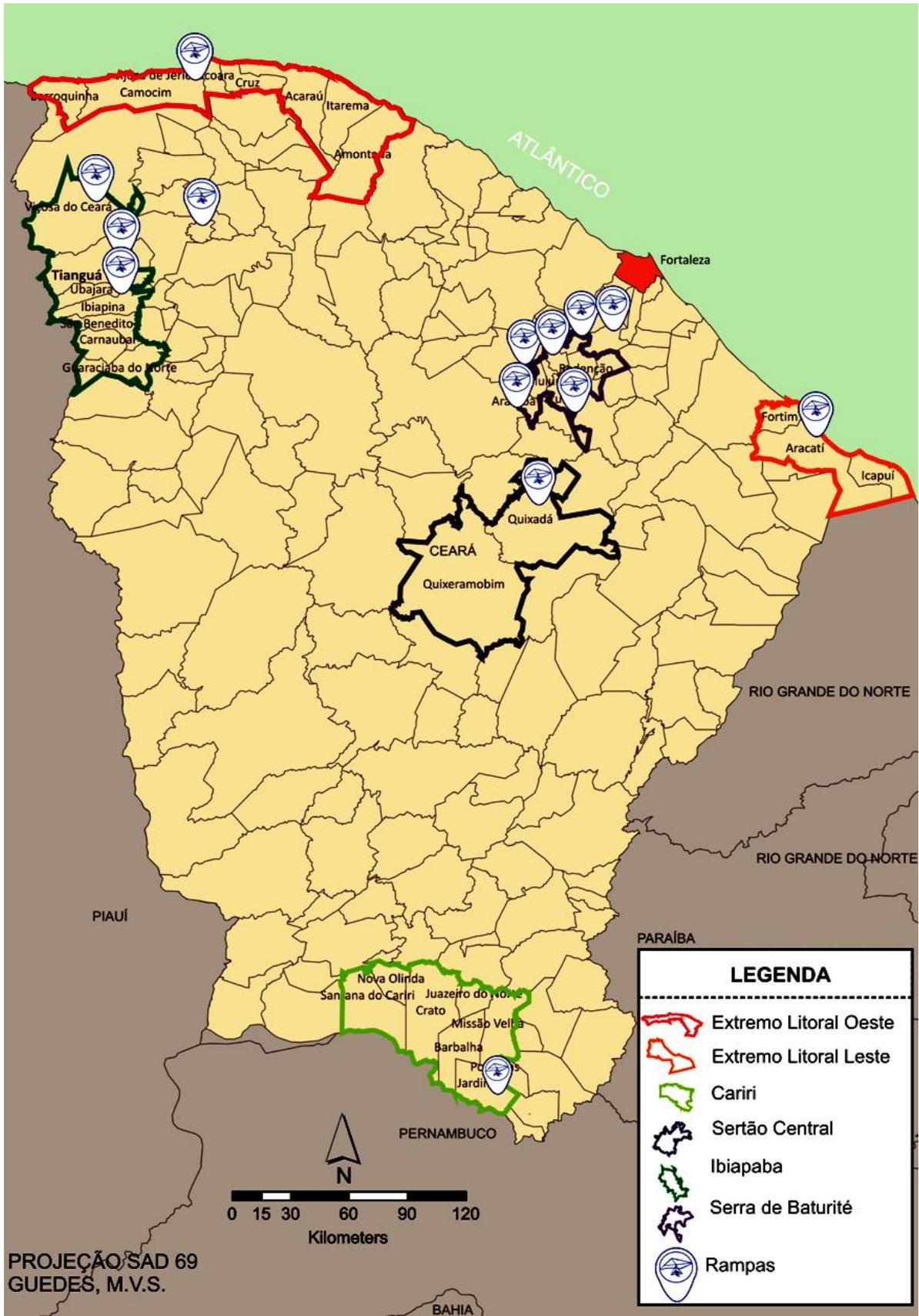


Figura 2 - Polos ecoturísticos e rampas de voo no Estado do Ceará
Base cartográfica: IPECE (2005). Organizado por: GUEDES, M.V. S., 2013.

Como pode ser visto, em todos os polos onde há a prática do ecoturismo há também a do turismo de aventura. Na região do sertão central cearense, nos municípios de Quixeramobim e Quixadá, identificam-se, respectivamente, o polo de Ecoturismo "Vale Monumental do Ceará" e a rampa do Morro do Urucum.

O Ecoturismo da Serra de Baturité ocorre mais marcadamente nos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção, onde podem ser encontradas rampas, com possibilidade de voo o ano todo, que variam de 280 metros de altitude - em Aratuba - até 621 metros - em Guaramiranga - sendo o período de dezembro a março propício para voo. Há rampas também em Maranguape, Pacatuba (rampa do Urubu); Palmácea, Redenção e Itacima.

No Cariri, o ecoturismo abrange os Municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri e, a 586 km de Fortaleza, Jardim, onde se localiza a rampa natural Cruzeiro da Mãe Bioca com 880 metros de altitude e melhor época de vôo de Junho a Janeiro. No extremo Litoral Oeste, que abrange os municípios de Acaraú, Barroquinha, Camocim, Cruz, Itarema e Jijoca, onde está localizada a rampa de voo de Jericoacoara que não está devidamente registrada na ABVL.³

No Extremo Litoral Leste, o polo ecoturístico abrange os Municípios de Aracati, Fortim e Icapuí, mas a rampa de voo está situada na praia do Morro Branco, em Beberibe. Conforme a ABVL, (2013) na rampa, distante 100 km de Fortaleza, é possível realizar decolagens da praia ou da rampa de parapente.

Quanto ao ecoturismo na Chapada de Ibiapaba, convém mencionar os Municípios de Carnaubal, Ibiapina, com o Mirante, Ipu, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Ubajara e Viçosa do Ceará, com a cachoeira Itarumã, e, a 310 km de Fortaleza, Tianguá, se localiza o Sítio do Bosco onde há uma rampa gramada com 775 metros de altitude, tendo como melhor época para voo de Junho a Dezembro e a rampa do Valdir.

Conforme dados da SETUR-CE, (2005) nos polos ecoturísticos que compreendem a Chapada de Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, os principais atrativos são os naturais como grutas, mirantes bicas, cachoeiras e nascentes, o Parque Nacional de Ubajara, a diversidade da fauna e da flora, as florestas úmidas e de caatinga e a APA, o que torna a região bastante propícia à prática do ecoturismo.

³ Associação Brasileira de Voo Livre ABVL.

3 TURISMO NA CHAPADA DE IBIAPABA

O olhar sobre a Ibiapaba no Ceará permite identificar sua heterogeneidade e, conseqüentemente, sua potencialidade para o turismo. Diante disso, convém demarcar um Ceará turístico. Portanto, para essa fase do livro, foi relacionado a natureza como destino turístico no interior do Ceará, onde então foram abordados assuntos como sua formação vegetal, fatores climáticos e geomorfológicos de Ibiapaba.

Para tanto, ainda se tratou sobre um breve perfil devidamente ilustrado dos principais municípios da chapada, dentre eles, Tianguá, sendo logicamente, pormenorizado em seus usos turísticos, priorizando os aspectos relevantes da oferta turística. Ressalta-se que todos os itens elencados para este capítulo estão diretamente relacionados aos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura em Tianguá, pois os praticantes desses segmentos são os que usufruem das ofertas turísticas desse município.

ESPECIFICIDADES GEOAMBIENTAIS NA CHAPADA DE IBIAPABA

Na Chapada de Ibiapaba, o turismo é favorecido pelos aspectos naturais, a começar pelo clima, pela exuberância da fauna e da flora, pelo relevo, além dos aspectos culturais que também são bastante atrativos. Porém, a consolidação dos destinos turísticos da chapada requer mais atenção do poder público para a elaboração de políticas de valorização e proteção desses recursos, pois assim será possível alavancar o desenvolvimento local e regional.

Para Portuguez, (2012) o planejamento turístico deve se comprometer com a manutenção do equilíbrio ambiental e com a harmonia forma-funcional da paisagem, na medida em que, cada vez mais, os recursos naturais não-renováveis vêm sendo exauridos nas mais variadas escalas e, ao mesmo tempo, os renováveis vêm sendo explorados de forma muito intensiva, gerando a simplificação da complexidade ecossistêmica e, assim, condenando grandes áreas à degradação irreversível de suas potencialidades e recursos.

Ab'Saber, ao citar as altas escarpas estruturais da Serra Grande de Ibiapaba (fotos 1 e 2), aventou a possibilidade de adequação dos elementos paisagísticos do Nordeste Brasileiro a fins recreacionais, afirmando que os recursos da região pesquisada "poderiam ser melhor preparados para receber as atenções do país inteiro, através de uma adequada e original infraestrutura de turismo e lazer (ecoturismo)." (2007, p. 15)



Foto 1 - Escarpas da Chapada de Ibiapaba. Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

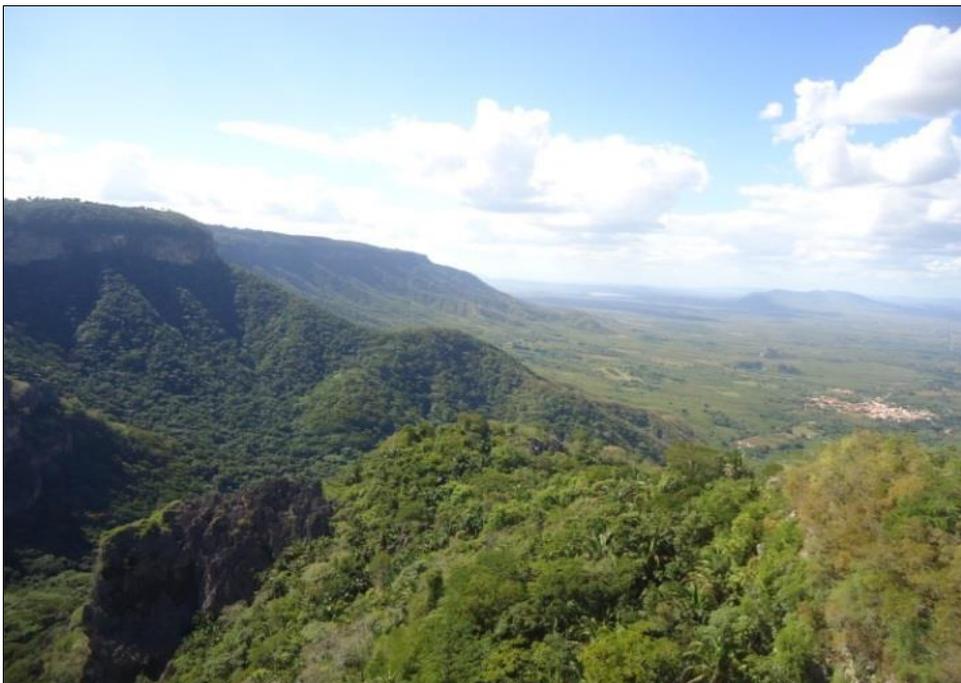


Foto 2 - Perfil da Chapada de Ibiapaba. Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

Ao tratarem do conceito de *geologia da paisagem*, Silva e Rodriguez (2011) afirmaram que este tem como objeto de análise a natural com enfoque geoecológico. A paisagem, nesta perspectiva, é interpretada como uma conexão harmônica de componentes e processos intrinsecamente integrados e, por isso, sua análise e interpretação requerem uma abordagem sistêmica.

Estas noções e descrições se tornam necessárias na medida em que é a paisagem local, na qual predominam os elementos naturais protegidos, que os visitantes contemplam ainda no solo e também durante os voos esportivos, Essa paisagem apresenta outro recorte geográfico do Ceará para os visitantes que buscam a chapada para desfrutar momentos de lazer, distração, descanso e aventura. Segundo Portuguese:

Para os estudos da Geografia do Turismo, este conceito [paisagem] assume papel de forte centralidade, pois são muitos os estudos sobre espaços receptores que a ela atribuem forte significado. A paisagem surge nesta abordagem como a dimensão visitada do espaço. É onde o turismo se materializa por meio de novas formas e novos usos dos destinos; é ela que possui (ou não) potencial atrativo e é ela que se degrada com os fluxos excessivos. Para Milton Santos, a paisagem representa o mundo que se vê desde onde se está, no momento que se o observa. É “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1996, p. 61). Sendo a paisagem o que se vê, o referido autor entende que ela seja a dimensão concreta do espaço, apreendida pelos sentidos sensoriais de um observador que a interpreta a partir de suas óticas culturais e intelectuais e, ainda, a partir do local de onde o sujeito realiza a observação (desde o solo, do alto de um edifício, a partir de um sobrevoo... enfim). (2013, p. 4).

O potencial paisagístico da Chapada de Ibiapaba para a consolidação do ecoturismo e do turismo de aventura pode ser comprovado pelas características da vegetação, do clima, da geodiversidade, da geomorfologia, bem como pela sua localização e pelos aspectos humanos, que merecem ser destacados.

Os planaltos, segundo Dantas, Armesto e Adamy, (2008) são áreas pouco acidentadas, constituindo grandes massas de relevo arrasadas pela erosão, posicionadas em cotas mais elevadas que as superfícies adjacentes. Quando modelados em rochas sedimentares antigas, recebem a denominação de “chapadas”, que são superfícies tabulares alçadas, ou relevos soerguidos, planos ou aplainados, dissecados de maneira incipiente. Os rebordos dessas superfícies, posicionados em cotas elevadas, em geral são delimitados por vertentes íngremes a escarpadas. Apresentam internamente amplitudes de relevo e declividades de baixas a moderadas e baixa densidade de drenagem.

Do ponto de vista geomorfológico, a chapada é um planalto sedimentar típico, pois se trata de um acamamento estratificado que, em certos pontos, está nas mesmas cotas da superfície de erosão.

As chapadas sustentadas por rochas sedimentares representam uma antiga cobertura sedimentar marinha de idade cretácica que recobriu grande parte da Depressão Sertaneja...” [..A Chapada de Ibiapaba, na divisa entre Ceará e Piauí (em cotas que variam entre 600 e 900 m), está sustentada por rochas mais antigas da Bacia do Parnaíba. Em contraste com as superfícies aplainadas, os topos das chapadas apresentam solos profundos e com melhor capacidade de armazenamento de água. (SILVA, 2008, 45).

A Chapada de Ibiapaba muito frequentemente tem sido chamada também de “serra”, porém Beni as diferencia ao conceituar chapadas como “forma de relevos tabulares constituídas por uma cobertura sedimentar que recobre o escudo cristalino” e serras são um conjunto de elevações com escarpas íngremes, apresentando algumas vezes elevações consideráveis (2007, 303).

Contudo, Nascimento, Ruchkys e Mantesso Neto (2007) argumentam que as chapadas são, em verdade, um subtipo de serra, pois, para eles, há dois tipos constituídos por rochas cristalinas, metamórficas e/ou ígneas, porém, a chapada em particular possui topo aplainado com predominância de rochas sedimentares.

A Chapada de Ibiapaba está inserida no contexto da bacia do Parnaíba, que é apontada por Ross como um modelado complexo uma vez que:

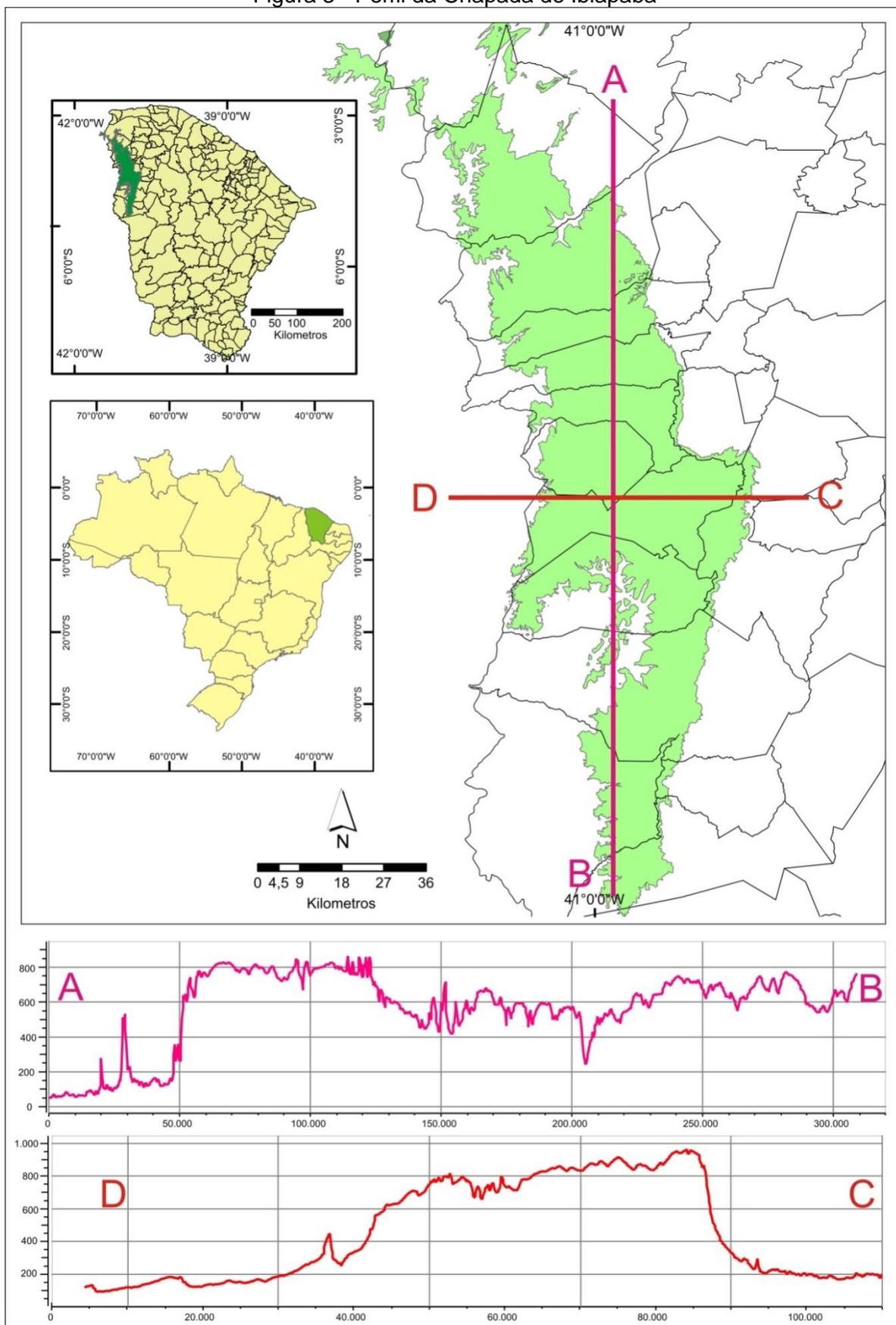
Todo limite sul e oeste desta unidade é marcado por contato com as depressões circundantes através de escarpas caracterizadas por frente de cuesta, enquanto o limite norte coalesce com praticamente toda extensão com os terrenos baixos da bacia amazônica. O sul desta unidade é marcado pela frente de Cuesta do Ibiapaba ou Serra Grande do Piauí, mas mostra para o interior da bacia outros degraus menores correspondentes a frentes desdobradas (1985, p. 31).

Ainda sobre os aspectos geomorfológicos, em estudos sobre a evolução do relevo do noroeste do Ceará, Claudino-Sales e Lira (2010) sugerem a existência de um cenário evolutivo com ocorrência local de uma diversidade de paisagens geomorfológicas, algumas espetaculares, como é o caso do *Glint* de Ibiapaba.

A figura 3 mostra dois perfis da chapada - um traçado no sentido N-S (latitudinal) e outro no sentido E-W (longitudinal) - que mostram claramente o papel definidor da paisagem exercido pelas frentes de *cuestas*, que rompem o padrão de altitudes de forma muito significativa e cujas diferenciações na altimetria possibilitam a existência de impressionantes mirantes naturais e de locais adequados para a prática dos voos livres.

No sentido latitudinal (perfil A-B), do litoral para o interior há uma repentina elevação nas altitudes, o que possibilita ao visitante uma percepção de espaço e paisagem bastante diferenciados em relação ao litoral (localizado ao norte da chapada). Por sua vez, no sentido longitudinal, as altitudes mais suaves encontram-se na parte mais alta da chapada em direção ao Piauí (Perfil D-C) e a oeste as declividades são mais bruscas, formando as rampas sedimentadas que são propícias para as práticas de voo livre.

Figura 3 - Perfil da Chapada de Ibiapaba



Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M.V.S., 2013.

A geodiversidade (diversidade geológica e geomorfológica) possui diversos fatores de valorização, porém são poucos os estudiosos que atentam para a necessidade de estudá-la e preservá-la, pois, muito frequentemente, os discursos conservacionistas apoiam-se basicamente na diversidade da fauna e da flora. A sua maior importância é científica em sentido *lato*, assim como a educativa, na qual os educadores ambientais utilizam o ambiente local para promover o entendimento da paisagem.

De acordo com Nascimento, Ruchkys e Mantesso Neto, (2008) isso se deve a uma visão incompleta daqueles que trabalham com a natureza ao valorizarem apenas o cuidado com as diversas formas de vida em detrimento das ações de conservação ambiental. Diante disto, é perceptível que o homem não tem a devida preocupação com o local onde habita, acreditando que ele está à sua inteira disposição, como se tudo que nele existe pudesse simplesmente ser tratado como mero recurso. Por isso “torna-se necessário o conhecimento sobre geodiversidade para a contribuição com a preservação do meio ambiente, para entendimentos das limitações existenciais.” (SILVA *et. al.*, 2008, p.196). Portanto, a geodiversidade não é apenas uma forma de identificar paisagens, mas também um caminho para valorizá-las ecológica, social e economicamente.

O turismo e o lazer podem ser aliados da conservação ambiental se associados à educação e assumindo um papel pedagógico importante na preservação da diversidade de recursos paisagísticos de uma determinada localidade. Nasce dessa integração o conceito de geoturismo que é a prática turística voltada para a apreciação e a interpretação do patrimônio geológico-geomorfológico de uma determinada localidade.

Na figura 4, é possível identificar as características dos tipos de vegetação primária existentes na Chapada de Ibiapaba que, Santos e Souza (2012) classificam como: caatingas densas, “carrascos”⁴ e matas plúvio-nebulares. Ao identificarem o alto grau de erosão, sugerem que estudos sejam integrados para identificar os vetores de degradação e estabelecer critérios para a recuperação da qualidade ambiental local. As ações cujo escopo é a sustentabilidade podem ser desenvolvidas no âmbito do planejamento ambiental e, nesse sentido, a prática do ecoturismo é uma possibilidade de uso racional dos recursos naturais.

⁴ Trata-se de uma área de transição descritas por Duque (2004) como ondulações da Chapada de Ibiapaba, depois da faixa úmida e onde predominam o solo silicioso, seco, pobre e de vegetação arbustiva, fechada.

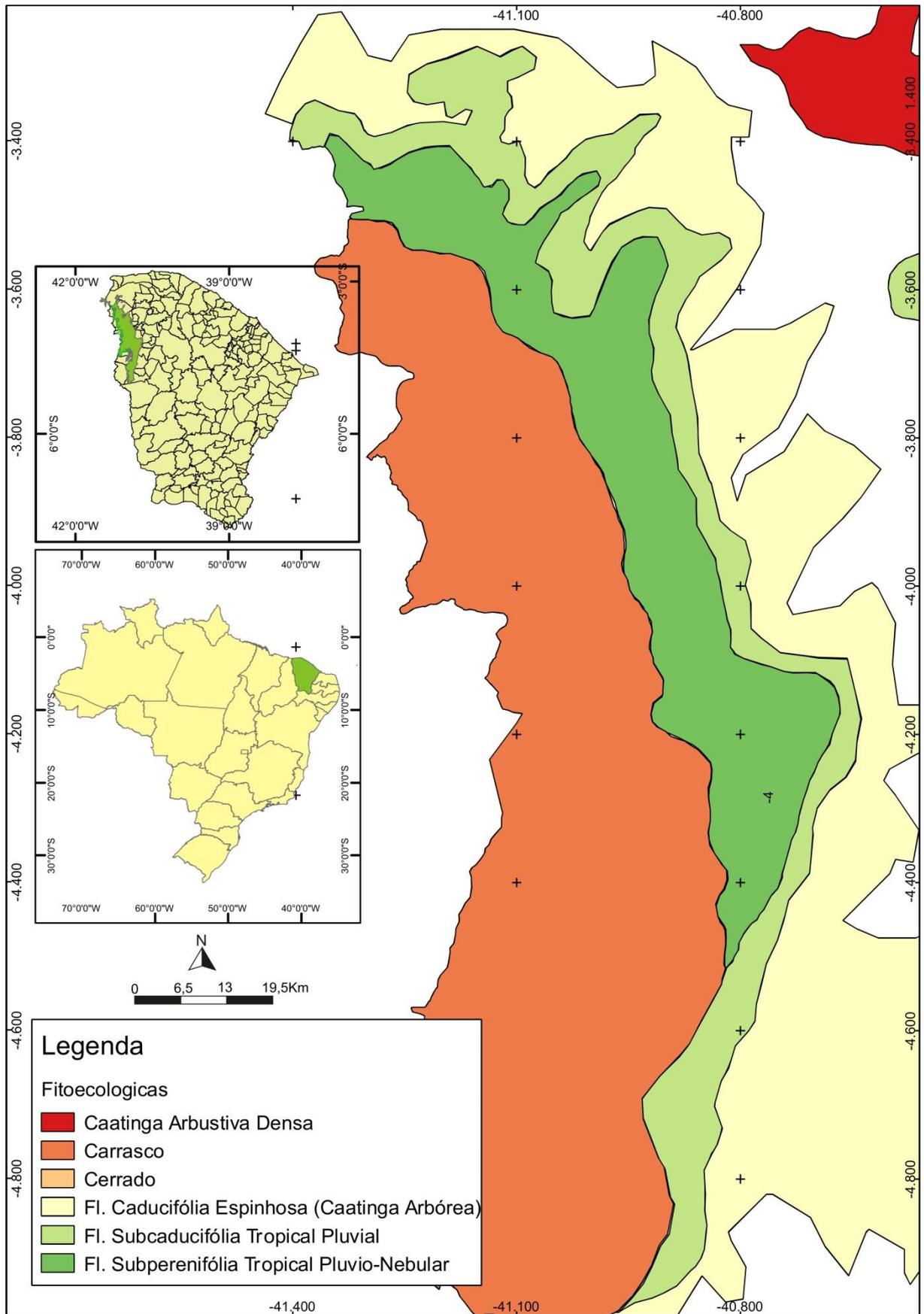


Figura 4 - Vegetação da Chapada de Ibiapaba
 Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M.V.S. (2013).

Souza e Oliveira (2006) enfatizam que o reverso imediato de Ibiapaba a oeste contrasta com o “carrasco” e a leste com as terras dos sertões rebaixados, recobertos por caatingas onde, nos pés-de-serra sub-úmidos, a mata subcaducifolia se associa à caatinga arbórea densa. No reverso seco, quando há sensível diminuição da influência do clima úmido, passam a prevalecer solos concrecionários e neossolos quartzarênicos recobertos pelo “carrasco”.

As características ecológicas se modificam de maneira significativa entre os diferentes ecossistemas desta localidade e o uso e a ocupação agrícola são praticamente inexpressivos, dadas as características restritivas da Unidade de Conservação ali existente.

Convém considerar ainda os tipos de solos da Chapada de Ibiapaba, classificados como:

A) Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico: São solos com horizonte B Latossólico, não hidromórfico, de baixa fertilidade natural. Os perfis, em geral são profundos ou muito profundos, bem drenados, normalmente resistentes à erosão. São utilizados na área com cultivo de maracujá, batata, culturas de subsistência e pastagem.

B) Areias Quartzosas Distróficas: Compreendem solos arenosos, essencialmente quartzosos muito profundos, excessivamente drenados, forte e moderadamente ácidos e de baixa fertilidade natural. São aproveitados ao uso em pequena escala, sendo usados na área como culturas de subsistência.

C) Areias quartzosas: São solos mais ou menos profundos de textura arenosa, com elevados teores de matéria orgânica nos horizontes superficiais. Encontram-se permanentemente úmidos devido a serem localizados às margens dos rios e riachos. Estes solos encontram-se intensamente cultivados com cana de açúcar e hortaliças.

D) Solos Litólicos Distróficos: São solos pouco desenvolvidos, com horizonte superficial assentado diretamente sobre a rocha ou sobre materiais provenientes desta rocha em adiantado Estado de intemperização. São rasos, de baixa fertilidade natural, com espessura entre 6 a 55 cm e textura variando de arenosa a argilosa. Em sua área de ocorrência geralmente aparece bastante pedregosidade e rochiosidade na superfície, sendo utilizada em pequena escala com culturas de subsistência. (COSTA *et. al.*, 1993, p. 200-201).

A figura 5 mostra a hipsometria da Chapada de Ibiapaba. Conforme CETREDE, (1976) as maiores altitudes abrigam uma vegetação mais densa de água e, à medida que diminui a umidade em relação à menor altitude, a coberta florística toma uma posição de transição floresta/caatinga, até esta atingir o seu maior grau de xerofitismo,⁵ no sopé da escarpa.

⁵ Conforme Duque (2004) trata-se da propriedade das plantas guardarem a água e as suas reservas, já que o solo e o ambiente físico não permitem ou não têm essa faculdade.

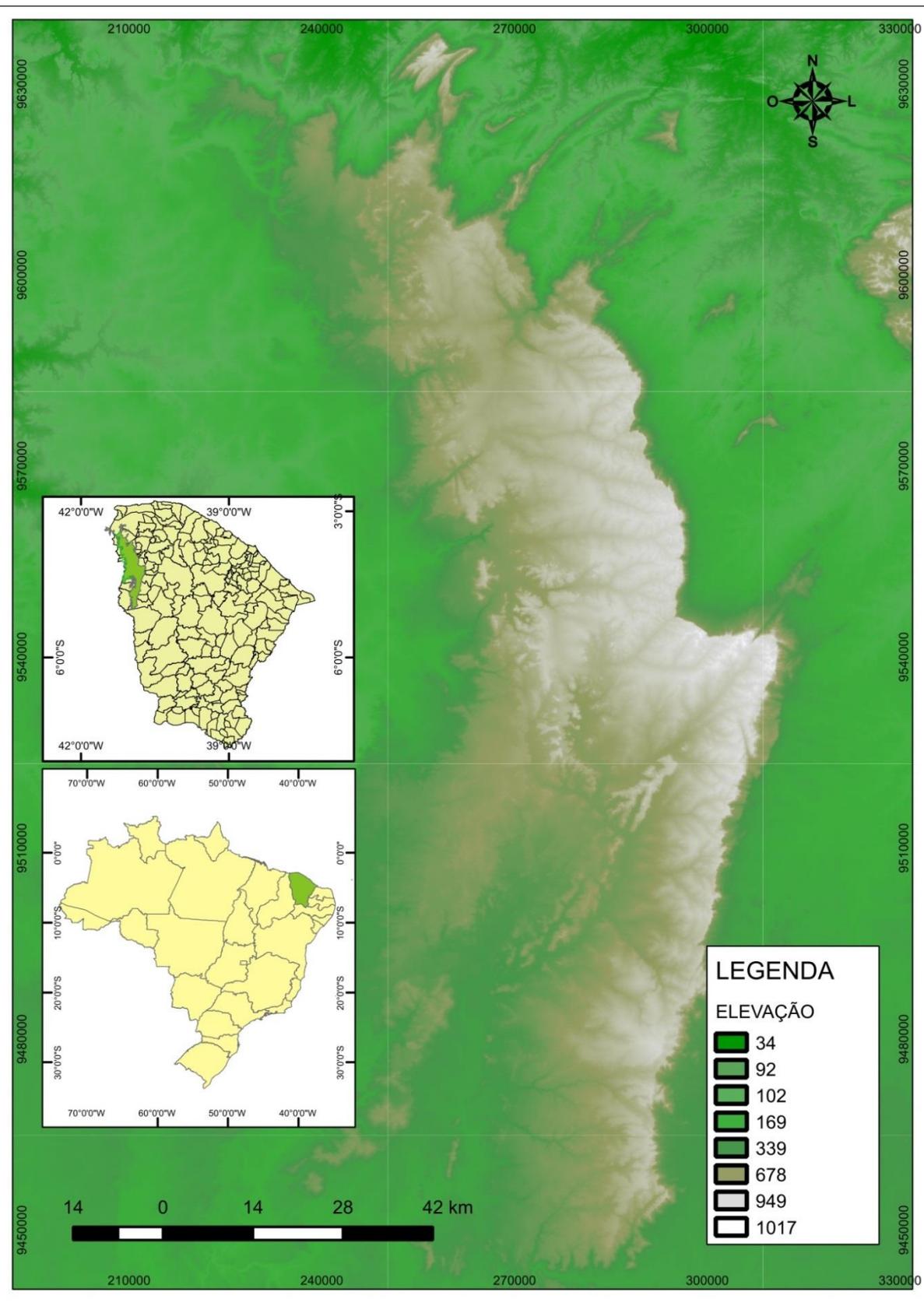


Figura 5 - Hipsometria da Chapada de Ibiapaba
 Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M.V.S. (2013).

O carrasco, predominante na área estudada, “é uma vegetação xerófila arbustiva densa alta, ainda pouco conhecida, que ocorre no domínio semiárido do nordeste do Brasil, sobre areias quartzosas distróficas profundas, entre 700 e 900 m de altitude, no planalto de Ibiapaba.” (ARAÚJO, MARTINS E SHEPHERD, 1999).

Essas características propiciam ao município de Tianguá ambiente favorável para práticas de atividades da natureza e esportes de aventura. Em especial, a contemplação da natureza e a prática de voo livre.

Cerca de 15 a 18 km ao poente de Tianguá, na Serra de Ibiapaba, começa o carrasco com a largura aproximada de 25 km, até um lugar chamado Queimadas na Rodovia BR; no sentido do comprimento, o carrasco acompanha a linha divisória Ceará-Piauí, abrangendo áreas dos dois Estados, na extensão de 175 km, desde a Serra do Arco, ponta oriental de Ibiapaba, até o Boqueirão do Poti (via férrea Oiticica-Ibiapaba). São cerca de 4.992km². (DUQUE, 2004, p. 133).

Com relação ao clima, Costa, Silva, e Melo (1997) afirmam que predomina na Chapada de Ibiapaba o clima subúmido tipo Amw Classificação de Köppen, com pluviosidade de 1.200 mm/ano, cerca de 90% nos meses de janeiro a junho e estiagem nos outros. Sua temperatura média anual é de 23°C, com mínimas de 18°C e máximas de 28°C, sendo que as temperaturas mais amenas ocorrem nos meses de junho e julho.

Tal padrão climático, tipicamente tropical, possibilita a ocorrência de correntes de ventos ascendentes nas bordas da chapada onde ocorre o voo livre e, para que a prática seja considerada segura, eles devem ser moderados, o céu deve estar predominante com tempo aberto e as tempestades evitadas. Neste sentido, a climatologia local confirma o potencial regional para a prática do turismo de aventura, pois oferece as condições ideais para a sua prática segura, permitindo não somente o voo propriamente dito, mas também a contemplação da paisagem. Com efeito, muitas vezes, os aspectos naturais podem ser entendidos como motivadores tanto do ecoturismo como do turismo de aventura, pois ambos possuem práticas e atividades intrinsecamente relacionadas à natureza.

A associação de fatores naturais como o clima, o relevo e os solos dita os padrões de cobertura vegetal de cada subsetor da Chapada de Ibiapaba. Será justamente esta diversidade paisagística que a tornará atraente aos amantes da natureza, além de proporcionar visões marcantes para os praticantes de voo livre que, desde o alto, podem contemplar toda a exuberância da região.

MUNICÍPIOS DA CHAPADA DE IBIAPABA E OS ATRATIVOS

Todos os municípios da chapada possuem atrativos turísticos potenciais, por esse motivo, é necessário especificar as múltiplas potencialidades de Ibiapaba e, para isso, segue a identificação dos municípios com seus principais atrativos turísticos (figura 6), bem como informações a respeito dos investimentos em infraestrutura para o turismo de 2001 a 2010 através de dados do relatório decenal dos anos 2000 a 2010, organizado nos arquivos do DIETU⁶.

⁶ Fonte: Departamento Infraestrutura de Turismo, DIETUR/MTUR e coleta de dados em campo. Acesso em: 09. Out. 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/Concluxdas_DIETU.pdf.

Quadro 2 - Contexto dos municípios de Ibiapaba

Município	Investimento turístico
Viçosa do Ceará	De 2001 a 2010, R\$ 1.536.896,00 foram aplicados na urbanização do açude grande de cajazeiras, na construção de quatro praças públicas, na reconstrução de pavimento em pedra tosca das diversas vias urbanas e na aquisição e aplicação de areia asfáltica.
Guaraciaba do Norte	Os investimentos do Ministério do Turismo em infraestrutura somaram R\$ 12.562.70,00, os quais foram destinados à construção de três praças públicas -em um bairro, no centro e no distrito de Mocambo -, de um polo de eventos na sede do Município e construção da primeira etapa de praça pública em distrito, à construção da primeira e segunda partes da passarela na margem direita da CE 187 em direção ao Município de Ipu, em pavimentações, além de continuções de rua.
Carnaubal	Quanto ao investimento na infraestrutura turística foi disponibilizado um total de R\$ 2.143.500,00 para a construção de três praças públicas, da segunda etapa da praça, para a pavimentação de vias e de uma avenida.
São Benedito	Dos R\$ 1.706.600,00, oriundos do Ministério do Turismo para infraestrutura, foram investidos na reforma e ampliação da praça na sede do município, na urbanização de uma avenida em um bairro, na restauração e reforma da igreja de nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na construção de um acesso à capela, na construção de uma praça e na pavimentação asfáltica.
Ubajara	Foram utilizados R\$ 275.500,00 da verba liberada para infraestrutura turística na construção de uma praça pública, um de polo de lazer e em pavimentação.
Ibiapina	Os investimentos em infraestrutura totalizaram R\$ 952.000,00, sendo gastos na construção de duas praças, de dois balneários na sede do município e na pavimentação de vias urbanas.
Tianguá	Foram utilizados R\$ 1.544.875,00 na construção de três praças públicas, na pavimentação asfáltica de três ruas na vila Acarape, na implantação de sinalização turística horizontal e vertical, na reforma de uma praça, na reforma e ampliação de outra e em mais pavimentações de vias urbanas.

Organização: RIBEIRO, F.I. 2013.

Viçosa do Ceará, município mais antigo da chapada e situado na fronteira com o Estado do Piauí, possui um sítio histórico com 72 prédios antigos tombados em agosto de 2003 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Isso tem motivado o uso turístico do lugar e a promoção de shows e festivais culturais. Entretanto, tais eventos acabam sendo um tanto elitizados como se comprova pelo valor médio da hospedagem superior ao de outros municípios.

Em Guaraciaba do Norte, há a presença de engenhos que, embora em declínio, ainda mantêm o processamento artesanal da cana-de-açúcar, além de recantos como, por exemplo, Cachoeira dos Morrinhos, a chamada “cidade de pedras” com grandes formações rochosas com formatos diversos e O buraco dos Flamingos, uma espécie de gruta de difícil acesso e com belas paisagens.

O balneário de Carnaubal, situado a 1 km da sede, gera movimento de banhistas residentes e excursionistas, pois a estrutura de bar e restaurante torna a região aprazível ao turismo, principalmente na época do carnaval. O município possui ainda vasta área de vegetação nativa, com destaque para as carnaubeiras e outros atrativos como a imagem de Santo Antônio em tamanho natural criada para estimular as peregrinações em devoção ao santo; as pinturas rupestres comuns na área rural do município e os prédios históricos como o da usina elétrica do município, inaugurada em 1953.

Em São Benedito, há diversas “casas de farinha” para o beneficiamento artesanal da mandioca para a produção de tapiocas, beijus, farinhas branca e d’água e merece destaque também a intensa produção de rosas no distrito de Inhuçu (a cidade de São Benedito é considerada a “capital cearense das rosas”). Além desses atrativos, o lugarejo possui também diversas cachoeiras dentre as quais a do Buraco da Velha e São Cristóvão merecem destaque.

Os diversos atrativos naturais de Ibiapina propiciam a prática de trilhas ecológicas com cachoeiras em seu percurso como, por exemplo, a Cachoeira do Pagé, a Cachoeira da Bica, a Cachoeira do Monte Belo e outras que possuem piscinas naturais no entorno, além de vários mirantes naturais e locais propícios aos esportes de aventura.

Ubajara, município que se destaca pela existência de turismo, possui uma estrutura adequada à recepção de turistas em virtude do Parque Nacional de Ubajara.⁷ (Foto 3) Há, portanto, fluxo de turistas de vários segmentos, dentre eles, ecoturistas e turistas de aventura que se hospedam em Tianguá, *lócus* privilegiado neste trabalho que a partir de agora será mais bem aprofundado em suas especificidades para o ecoturismo e turismo de aventura.

⁷ Conforme dados colhidos na página do ICMBio, o Parque foi criado em 30 de abril de 1959, com uma área de 4.000 hectares, através do Decreto Federal nº 45.954/59. No dia 26 de abril de 1973, foi assinado o Decreto nº 72.144, alterando os limites para 563 hectares. No dia 13 de dezembro de 2002, foi assinado o Decreto Sem Número e publicado no Diário Oficial da União, que altera, mais uma vez, os limites do Parque Nacional para uma área de 6.288 hectares, passando, assim, a abranger os municípios de Ubajara, Tianguá e Frecheirinha. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaubajara/quem-somos.html> Acesso em: 23 de jan. de 2014.

Destaque em turismo na Chapada de Ibiapaba



Foto 3 - Entrada do Parque Nacional de Ubajara



Foto 4 - Teleférico de Ubajara

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

O Instituto Chico Mendes, administrador do parque, autoriza a cooperativa de guias, responsável pelos serviços de guia de turismo, e o Governo do Estado assume o controle do teleférico – bondinho. (foto 4) É cobrada uma taxa de 4 reais por um percurso de 3 horas e meia nas trilhas ecológicas com acompanhamento de um guia e para acessar a gruta pelo teleférico é cobrada uma taxa individual de 8 reais.

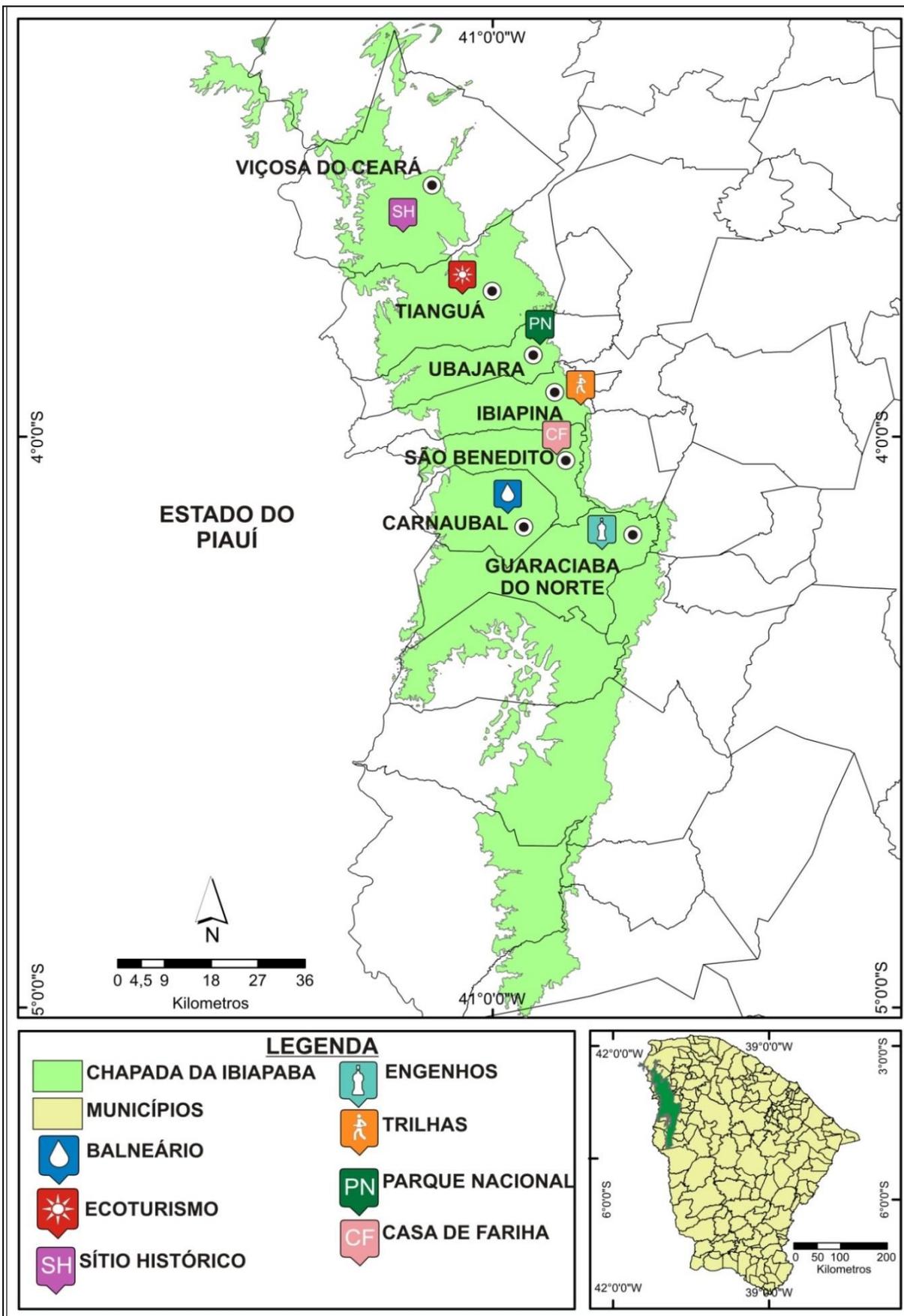


Figura 6 - Principais características dos municípios do corredor turístico de Ibiapaba
Fonte: IBGE (2001). Elaborado por: GUEDES, M.V.S. (2013).

A OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ

O município de Tianguá possui uma área de pouco mais de 908,89 km² e dista 281 km em linha reta de Fortaleza, capital do Estado. Segundo o IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - em 1991, dos 44.005 habitantes, 25.413 residiam na área urbana (57,75%) e 18.592 (42,25%) na área rural. No entanto, em 2010, a mesma fonte registra que, dos 68.892 habitantes, 45.819 (66,51%) vivem na área urbana e 23.073 (33,49%) na área rural. (2012)

A Lei Orgânica Municipal, aprovada em 31 de maio de 1990,⁸ ao tratar dos “Princípios Fundamentais”, apresentou a organização política de Tianguá da seguinte forma:

Art. 1º O município de Tianguá, unidade integrante do Estado do Ceará e pessoa jurídica de direito público interno, organiza-se de forma autônoma em tudo o que respeite ao seu peculiar interesse, regendo-se por esta Lei Orgânica e as demais leis que adotar, respeitados os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federativa do Brasil e na Constituição do Estado do Ceará.

Art. 2º TIANGUÁ é a sede do município e tem a categoria de cidade.

Art. 3º O território do Município é dividido em Distritos, unidade que se designam pelo nome das respectivas sedes, com a categoria de Vila.

Tianguá, um dos municípios que compõem a Área de Proteção Ambiental (APA) denominada Serra de Ibiapaba, criada pelo decreto de 26 de novembro de 1996, está situada na biorregião do complexo da Serra Grande, juntamente com Chaval, Granja, Moraújo e Viçosa do Ceará, com os objetivos de:

- I - garantir a conservação de remanescentes de cerrado, caatinga e mata atlântica;
- II - proteger os recursos hídricos;
- III - proteger a fauna e flora silvestres;
- IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V - ordenar o turismo ecológico;
- VI - fomentar a educação ambiental e
- VII - preservar as culturas e as tradições locais.

Para entender a relevância dos aspectos relacionados à oferta turística e para que a discussão sobre os atrativos seja consistente, alguns conceitos foram fundamentais, uma vez que existem questões imprescindíveis para a prática do turismo. Conforme Beni, a oferta em turismo pode ser entendida como “o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque na realidade são esses produtos que provocam a fluência dos turistas” (1998, p. 153).

O autor ainda acrescenta a necessidade de uma visão holística e sistêmica sobre a oferta turística, visto que a complexidade desse fenômeno gera dimensões que transcendem os limites do turismo, chegando a considerar que “a oferta, por sua

⁸A Lei Orgânica Municipal (LOM) é uma lei genérica, constitucional, elaborada pelo Legislativo de cada município e deve seguir as determinações aprovadas na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

vez, é composta e constituída por inúmeros elementos tangíveis e intangíveis e não só de um produto bem determinado”. (Id. lb. p. 155).

Para ele, a oferta pode ser original e derivada, sendo a primeira classificada em quatro grandes grupos, com base em Pierre Defert:⁹

- Hidromo (do grego *hýdor*: água): constitui-se de todos os elementos hídricos sob todas as suas formas, todos os seus aspectos, toda sua abrangência, incluindo a neve e o gelo, as águas minerais e termais;
- Fitomo (do grego *phytón*: vegetal, árvore): compreende tudo o que o turismo se serve na flora (florestas, bosques, prados, matas) e todas as superfícies naturais recobertas da vegetação pela ação voluntária do homem;
- Litomo (do grego *líthos*: pedra): engloba todos os valores criados pela atividade do homem. A história, a religião, as cerimônias, as tradições, o folclore, a cultura, os monumentos históricos, os sítios arqueológicos, os lugares de peregrinação e outros;
- Antropomo (do grego *ánthropos*: homem): refere-se às atividades tanto antigas quanto modernas.

Diante disso, Beni justifica que é assim que o clima, o deserto, a praia, o museu, os costumes tornam-se bens diretamente produtivos por meio de um processo de transformação que os induz no circuito econômico.

Sobre a oferta turística derivada, ele afirma que “é a composta pelos transportes, pelas diversas formas de alojamento, lazer e recreação, pelos organizadores de viagens e pelas agências de viagens” (BENI, 1998, p.157).

Para complementar, Dias e Aguiar afirmam que “a oferta turística pode ser descrita como tudo que pode ser oferecido ao turista” (2002, p. 47) e que, a partir disso, podem ser classificados seus elementos naturais e artificiais. Os primeiros são as praias, as montanhas, as grutas, as cavernas, as reservas fluviais, os pássaros, os parques nacionais, as paisagens, dentre outros; e os artificiais são os atrativos ajustados aos fins turísticos e estão vinculados aos aspectos históricos, culturais e religiosos, infraestrutura e vias de acesso.

Quanto à necessidade de cooperação no fortalecimento de oferta turística, afirma Keller (2005) que a única forma por meio da qual as pequenas e médias empresas podem melhorar sua situação econômica é estabelecendo parcerias para aprimorar serviços e divulgando pacotes.

Civilis, (2003) ao enfatizar a dinamicidade e a amplitude do setor turístico, afirma que elas se devem ao envolvimento de programas, projetos e produtos de diversos atores e segmentos econômicos e sociais, deixando evidente a necessidade de integração do sistema turístico com outros detores.

Segundo dados relacionados à definição e à classificação das atividades econômicas do turismo do IBGE (2010), já existe uma estruturação organizada dos bens e serviços produzidos por unidades econômicas, ou seja, empresas ou unidades locais de empresas. Por sua vez, o MTUR criou a metodologia de inventariação turística para elencar e descrever os elementos da oferta.

Quanto a esse fato, Keller (2005) aborda o valor econômico das atrações turísticas, sugerindo que é o mercado quem atribui valor econômico e que o visitante

⁹ RENOUX, M. *L'économie du tourisme*. Paris, Éditions du Seuil, 1972. Apud Beni, 1998.

em potencial escolhe um destino baseado principalmente na natureza especial de suas atrações e sua exclusividade, ou seja, as empresas na vizinhança de uma atração obtêm renda em virtude de sua proximidade com tais ímãs turísticos, o que torna necessária a identificação das potencialidades turísticas da localidade.

Nesse sentido, convém apresentar as indicações do caderno de Elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, MTUR (2007) sobre o que pode ser feito para promover o desenvolvimento de uma determinada região turística:

1. O homem e seu *habitat* - sua origem étnica, seus valores morais e espirituais, seus hábitos, seus costumes, indicadores do legado cultural de seu grupo social, ou seja, daquilo que uma geração transmite a outra;
2. As vocações turísticas regionais/locais - é necessário identificar a vocação, as tendências que caracterizam uma determinada região. Por exemplo: em algumas regiões há um maior apelo ao ecoturismo, em outras, religioso e em algumas ainda a presença de fazendas e sítios propiciam o turismo rural, entre outros;
3. As potencialidades regionais/locais - é importante identificar as possibilidades e perspectivas de organização e desenvolvimento turístico da região;
4. As demandas regionais/locais - é necessário identificar, dentro de uma região, o que pode ser objeto de interesse por parte dos turistas.

Tais propostas, portanto, não podem ser dissociadas da oferta turística, por isso, Lage e Milone (2001) indicam a necessidade de as empresas turísticas e as autoridades do setor terem conhecimentos detalhados quanto a essa oferta que eles definem como turística. Para eles, a definição de oferta turística pode ser definida como: “um conjunto de atrações naturais e artificiais de uma região assim como todos os produtos turísticos a disposição dos consumidores para a satisfação de suas necessidades” (2001, p. 73). Convém ressaltar que, mesmo com esse entendimento, é preciso observar que a oferta turística não é fechada, pois recebe influências constantes de várias frentes.

Em relação à oferta original, o Município possui uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN -, o que pode ser conferido no art. 1º da Portaria nº 43, DE 8 DE JUNHO DE 2010:

A RPPN Paulino Veloso Camêlo, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 120,19 ha (cento e vinte hectares e dezenove ares), localizada no município de Tianguá, Estado do Ceará, de propriedade de Paulino Veloso Camêlo e sua esposa Maria Tereza de Vasconcelos Camêlo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Sítio Cana Verde Santa Rosa, registrado sob a matrícula nº 1.138, registro nº R-1, livro nº 2-C, folha 01, de 07 de abril de 2010, no Registro de Imóveis da Comarca de Tianguá/CE. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010, p. 1).

Em Tianguá, foram identificados vários atrativos como quedas d'água, cachoeiras, cascatas, corredeiras, dentre os quais se destacam a Cachoeira Cana Verde, a Cachoeira São Gonçalo e a Cachoeira Sete Quedas que são potencialidades naturais para vários segmentos do turismo.

Nesse contexto, convém ressaltar que Nascimento, Ruchkys e Mantesso Neto, (2007), na conclusão do estudo sobre a relação do geoturismo com o ecoturismo, apontam o primeiro como uma oportunidade de aproximação do público com o meio ambiente e, se bem planejado, pode possibilitar a geoconservação e o implemento de programas de educação ambiental.

Bento & Rodrigues (2009) ressaltam que, atualmente, os estudos sobre as quedas d'água começam a ser mais valorizados, sendo vários deles voltados ao aproveitamento sustentável dessas áreas pela atividade turística e, nesse aspecto, torna-se visível a relação da Geomorfologia com o geoturismo. Isto revela que as características geológicas e geomorfológicas de determinadas áreas, como as quedas d'água, podem ser transformadas em atrativos turísticos. Nessa perspectiva, as grutas e cavernas da Chapada de Ibiapaba, (Fotos 5 e 6) são relevantes para a oferta original do turismo.

Grutas e cavernas na Ibiapaba



Foto 5 - Entrada da Gruta de Ubajara

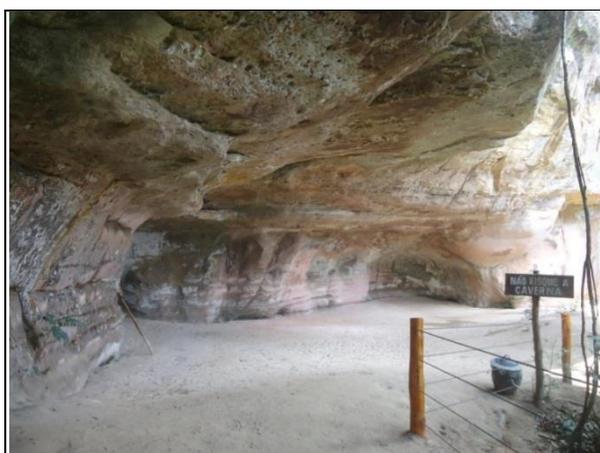


Foto 6 - Caverna em Tianguá

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

Historicamente, a economia municipal está relacionada à produção de pequenos, médios e grandes produtores/agricultores, sobretudo hortifrutigranjeiros, como comprova o quadro 3:

Quadro 3 - Produção de lavoura em Tianguá

Lavoura permanente 2011		Lavoura Temporária 2011	
Produto	Quantidade Produzida em toneladas	Produto	Quantidade produzida em toneladas
Abacate	702	Amendoim (em casca)	38
Banana (cachos)	12.320	Arroz (em casca)	410
Café (em grão)	102	Batata – doce	1.080
Castanha de caju	47	Cana-de-açúcar	71.820
Coco-da-baía	2.660 Mil (frutos)	Fava (em grão)	48
Goiaba	83	Feijão (em grão)	1.101
Laranja	562	Fumo (em folha)	03
Mamão	234	Mamona (baga)	56
Limão	5.940	Mandioca	7.994
Manga	450	Melancia	1.088
Tangerina	161	Milho (em grão)	1.680
Urucum (semente)	04	Tomate	11.346

Fonte: IBGE, 2011. Adaptado por: RIBEIRO, F.I., 2013.

As informações colhidas *in loco* mostram que a atividade artesanal foi organizada com base nos modelos de promoção setorial empreendidos pelo Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE - (2005), segundo o qual o artesanato é categorizado a partir da relação tipologia, produto e segmento:

- Tipologia metal: Produto: aço, ferro, bronze, alumínio, latão, cobre, níquel, estanho e prata. Segmento: Peças sacras, decorativas e outros artigos para o lar.
- Tipologia alimentos, doces e bebidas. Em Tianguá, pode ser encontrada nas barracas a cachaça temperada com fruta, em vidro cortado modelado, com torneirinha e cachaça com nomes eróticos (cômica), como: Pau do índio, na bundinha, amansa sogra, consola corno, pica dura, na xoxota. Há ainda os licores de todas as frutas - maracujá, tangerina, abacaxi, cravo, chocolate, jenipapo, entre outra - fabricados na cidade, pois isso barateia os custos, uma vez que o fabricante de licor mais conhecido é de Viçosa. Doce em comporta de vidro: jaca, leite, mamão com coco, de banana, de leite com ameixa, com abacaxi, com goiaba, mamão e etc.
- Peças em gesso: Formato de botijão de gás e de animais.

Mesmo reconhecendo a afirmativa do Ministério do Turismo de que “o artesanato representa a produção local e seus aspectos culturais singulares, enquanto que o souvenir não possui necessariamente relação com esses aspectos e, muitas vezes, é produzido em outros lugares”, (MTUR, 2008, p. 35) dos produtos ofertados em Tianguá, somente os importados da China não seriam considerados artesanato, pois muitos deles, embora não sejam todos produzidos em Tianguá como os barcos de madeira, por exemplo, que estariam mais relacionados ao Mar, são representações típicas do Ceará.

O artesanato em Tianguá é situado em três espaços estratégicos do município, sendo 19 barracas comerciais situadas na rodoviária e 12 na BR 222, saindo para o Município de São João das Fronteiras, no Piauí, e outras 13 na direção do Município de Sobral, CE. (figura 7)



Figura 7 - Artesanato e suas origens em Tianguá
Fonte: IBGE (2001). Elaborado por: GUEDES, M. (2013).

As peças de couro - chinelas, chapéus e selas - são produzidos em Tianguá, Pacujá, Viçosa do Ceará e Ubajara; especificamente em Viçosa do Ceará, biscoitos de polvilho, também chamados peta, a cachaça serrana e os carrinhos de madeira; já em Horizonte, os barcos e navios de madeira, de vidro e as bolsas de pano; em Fortaleza, a castanha de caju e Juazeiro, os copos de alumínio com desenho de times e os chaveiros; de Granja e Camocim provêm as redes de tucum; do Maranhão, o queijo, os produtos da palha do buriti - bolsas, sandálias, bonés, chapéus -; do Piauí são originárias as cadeirinhas de madeira com desenhos, os banquinhos, os pilões e as garrafinhas de madeira; e, por fim, de Pernambuco vêm os pés de boi, para colocar cachaça, e os chapéus de camurça e couro e os bonés de pano.

Chartier sugere que é possível influenciar a cultura, incorporando a ela atributos diversos, dentre eles, a valoração econômica, ou seja: “As formas populares de cultura, desde as práticas do cotidiano até as formas de consumo cultural, podem ser pensadas como produtores de sentido, embora de um sentido possivelmente estranho àquele visado pelos seus produtores”. (CHARLIER, 1995, p. 184).

Diante disso, as representações da cultura popular podem ser entendidas como itens relacionados à oferta original. Assim, convém elencar aquelas identificadas no Município de Tianguá: dentre as diversas produções dos Grupos Marroia, Rebisco e Garatuja merece destaque os Cursos de áudio visual que propiciaram, inclusive, gravações de filmes, etc. Quanto aos mitos, Bezerra apresenta o amortalhado, “personagem misto de fantasma e segredo”, que foi longo período “motivo das notícias discutidas logo cedo pela manhã de tudo aquilo que passara pela noite”. (2007, p. 42). Outro personagem do imaginário popular é o assoviador que, ao assoviar durante as noites, matava quem o olhasse e, ainda, a árvore chorona no caminho do sítio do pé do morro.

Ainda vale destacar o número relevante de escritores locais importantes para um turismo de viés mais cultural, dentre os quais aqueles que se destinam especificamente a retratar as histórias de Tianguá: (quadro 4)

Quadro 4 - Produção literária dos autores de Tianguá

Autor/título	Breve resumo da obra
JOÃO BOSCO GASPAR Tianguá... reminiscências da história.	A obra voltada para a história da cidade de Tianguá é construída a partir da memória coletiva do povo e a biografia da cidade, que tenta aproximar a atual população de suas origens culturais, patrimoniais e de preservação da memória e dos ambientes naturais.
RITA MARIA LOPES GUEDES SANTOS Sobre as Ondas (Um incentivo à fé e ao amor)	A obra, que tem uma proximidade com o singular e com as experiências vividas pelas pessoas na vida real, detém-se no acompanhamento da trajetória de uma família de retirantes que tenta se esquivar das calamidades efeito de uma seca perversa na cidade de Crato, CE.
LUIZ GONZAGA BEZERRA Um olhar sobre Francisca Carla e outros fatos Sobre Tianguá, CE.	A partir dessa obra, é possível entender os avanços e as conquistas da humanidade, na corrida futurista, demonstrando que a inteligência do ser humano diante de suas constantes fragilidades.
AMAURI PINTO DE CARVALHO Catolicismo do Povo Cultura Popular (Nos Festejos de São Francisco em Tianguá, CE).	O livro incita a observação do contexto citado, colocando em foco a religião de grande massa de fiéis e as representações do sagrado, cuja crença é de que a salvação vem por meio da preservação de tradições ou do próprio fenômeno religioso. Também enfoca as muitas devoções de um povo pleno de fé aos seus santos, sejam eles canonizados ou não. ¹⁰

¹⁰ A escrava Romana residia em Meruoca, CE, e foi tornada milagreira por meio da crença popular de que ela foi empurrada de um penhasco pelo filho de seu patrão que tentava abusar sexualmente dela.

<p>JOÃO BOSCO GASPAR Lendas, Contos e Mitos de Ibiapaba 2012</p>	<p>Esta obra traz histórias repassadas de geração a geração sobre os primórdios da colonização de “Ibiapaba”, ressaltando os pequenos grupos que não acreditam nessa cultura de linha ou mito, por exemplo, os evangélicos que as qualificam como heresias.</p>
<p>ALBERY NUNES O presente e o futuro de Tianguá - memória de que somos</p>	<p>Esta obra ressalta os pontos naturais da cidade de Tianguá e também a aprovação dos habitantes à atual gestão municipal. Contudo, também indica alguns pontos referentes ao desenvolvimento que ainda precisam ser melhorados como educação, saneamento básico, projetos sociais, infraestrutura.</p>
<p>RIMA LIMA DE VASCONCELOS Poesia: um destaque para a vida</p>	<p>É uma obra poética que explicita um sentimento e, justamente por isso, é importante trabalhar esse gênero com os alunos, os quais são incentivados a dividir as experiências vividas e a conhecerem as peculiaridades desse tipo de linguagem.</p>
<p>JOÃO BOSCO GASPAR. Tianguá: raízes de sua história e de sua cultura.</p>	<p>A obra tem como propósito o resgate da história de Tianguá e o despertar de uma consciência crítica nas novas gerações por meio do retrato da posse e do domínio de terra desde o tratado de Tordesilhas e do resgate da história religiosa, política, urbanística e arquitetônica. É a cultura documentada no intuito de despertar os habitantes de Tianguá e outros interessados em sua história.</p>

Elaborado por: RIBEIRO, F. I., 2013.

Quanto à oferta agregada em Tianguá, cabe dizer, a partir da ideia de Beni, (2007) que o turista aderiu totalmente ao automóvel, porque ele permite mais liberdade e facilidade de deslocamento, o que pode ser comprovado no município, uma vez que este tem sido o único meio de locomoção até lá.

Tianguá possui um terminal rodoviário, nomeado Governador Virgílio Távora, (foto 8) situado na BR 222 - Km 312. De acordo com informações colhidas junto às empresas de transporte rodoviário de Tianguá, os itinerários são os seguintes: Expresso Guanabara - para Fortaleza e para Teresina; Itapemirim - para Fortaleza, Juazeiro do Norte, Teresina, Belém, Rio, São Paulo, Brasília; Rod Tur - para Teresina; Contijo - para Rio de Janeiro e São Paulo, passando por feira de Santana, BA; Expresso Barroso - para Teresina; Satélite - para Mato Grosso; Expresso Transbrasileiro - para Palmas; Expresso Boa Esperança - para Belém e Natal; e, por fim, o Expresso São Geraldo - de Crateús a Camocim.



Foto 7 - Sindicato dos taxistas de Ibiapaba em Tianguá.



Foto 8 - Rodoviária de Tianguá

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

Em 1982, foi criada uma sede do sindicato de Taxistas em Fortaleza, em seguida, surgiu em Sobral e, no ano de 1993, foi criado o Sindicato de Taxistas de Ibiapaba, locado em Tianguá, (foto 7) que conta hoje com aproximadamente 70 membros, mas em toda chapada há um número aproximado de 120 associados. Os municípios envolvidos são: Viçosa do Ceará, Ubajara, Ibiapina, São Benedito e Guaraciaba do Norte, CE.

A sensibilidade, a hospitalidade e a receptividade dos taxistas, que permanecem na rodoviária de Tianguá em plantões de 24 horas, são traços visíveis dessa classe trabalhadora e isso pode ser sentido na fala do presidente do sindicato: “O sindicato busca sempre orientar os seus associados a prestar um atendimento especial aos turistas que visitam a nossa região, proporcionando assim uma boa impressão por parte do visitante e, conseqüentemente, trazendo mais lucros pra região”.

Para dar entrada ao processo de sindicalização, é necessário estar regulamentado e com a carteira assinada como taxista, pois são seguidas as normas do Conselho Nacional de Transportes (CNT), embora os sindicatos sejam autônomos.

Os locais onde há mais fluxo de passageiros que usam taxi são: Sobral, Fortaleza, Teresina, Parnaíba, entre outros. Ressalta-se ainda que há uma tabela de preços que varia entre 10 e 15 reais na zona urbana. Quando o serviço é para área rural e/ou outro município, o preço é negociado com o passageiro.

Tabela - Meios de Hospedagem em Tianguá

Meio de hospedagem	Aptos	Leitos
Serra Grande Hotel	111	400
Gean Hotel	29	60
Hotel São Francisco	36	56
Cascata Hotel Tur	10	32
Pousada Bom Clima	18	32
Hannover Flat Hotel	18	36
Pousada Santa Edwrigens	10	20
Pousada Padre Cícero	95	200
Pousade Ibiapaba	33	90
Pousada Durma Bem I e II	20	40
Pousada São Mateus	24	68
Pousada Santana	24	48
TOTAL	428	1.082

Fonte: Dados de coleta de campo. Elaborado por Ribeiro, F. I. (2013).

A oferta de hospedagem em Tianguá é variada, contando com pousadas bem como hotéis. (fotos 9 e 10). O número maior deles está nas proximidades da rodoviária, às margens da BR 222, bem como no centro da cidade.



Foto 9 - Pousada em Tianguá.



Foto 10 - Hotel em Tianguá.

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

Após conversas informais com hóspedes e trabalhadores da área, foi possível definir dois motivos pelos quais número de hospedagem em Tianguá é considerável: trata-se de um município margeado pela BR 222, além de ser o primeiro para quem vem da Capital do Estado, portanto, os vendedores e representantes comerciais, durante os dias em que trabalham ali ou em outros municípios da Chapada de Ibiapaba, acabam se hospedando na cidade.

Diante desse contexto, no qual se percebeu que os imperativos para o turismo em Tianguá, permanecem no contexto específico da Vila Acarape, é necessário especificar a área onde ocorrem as práticas de ecoturismo e turismo de aventura. Além dos hotéis e pousadas tradicionais no município, há três espaços organizados para acampamento, inclusive com infraestrutura de barracas montadas em caráter permanente e roteiros turísticos há cerca de 10 anos,¹¹ que influenciam as práticas de ecoturismo e de turismo de aventura.

¹¹ Esses serão explicitados no capítulo sobre o contexto das práticas de ecoturismo e turismo de aventura.

4 ECOTURISMO E O TURISMO DE AVENTURA EM TIANGUÁ, CEARÁ.

Além da área urbana, o município de Tianguá possui quatro distritos e três vilas que Gaspar, Sousa e Magalhães (2007) caracterizam da seguinte forma: Pindoguaba, também conhecido por Palmeiras, localiza-se no extremo oeste; Arapá, distrito que está na depressão sertaneja que integra o Município de Tianguá; Caruataí ou Olinda que faz divisa com os municípios de Tianguá e Ubajara; Tabáinha, situado na depressão sertaneja do município, acerca de 42 km. Segundo Nunes, (2008) os distritos nasceram em 1933, por meio do decreto nº 156, exceto Pindoguaba, que foi criado pelo decreto nº 448 do mesmo ano.

Antes de 1970, o povoamento da região acontecia por meio da instalação de pontos de vendas nesses locais. Com a rodovia BR 222, que atravessa o município de Tianguá, surgiram três vilas,¹² às suas margens, nas áreas de acesso ao Município, as quais são: Valparaíso, em direção ao Piauí, que, com o passar dos anos, tornou-se um assentamento familiar; Bela Vista, na depressão sertaneja de Sobral para Tianguá, onde estão situadas atualmente as pistas de pouso dos praticantes de voo livre nas rampas de Tianguá e, por fim, a Vila Acarape, área onde esse estudo se concentra e, por esse motivo, será mais bem detalhada a seguir:

Até a década de 1970, a vila Acarape localizava-se à margem da BR 222 e tinha o codinome de “topo da serra”.¹³ Possuía postos de abastecimento de combustível, farmácia, e outros comércios. Com a reforma da BR, no início da referida década, no intuito de diminuir as excessivas curvas, Vila foi retirada do corredor comercial, permanecendo apenas as residências na “rua da palha”, (foto 11) como se tornou conhecida a rua principal. Nessa época, segundo conta uma residente:¹⁴ “A vila Acarape tinha poucas casas, umas vinte no máximo”.

Desde essa época, havia “grupo escolar” (escola), unidade de saúde e foi construída a igreja de São Sebastião, atual padroeiro de Vila Acarape. As pessoas dali trabalham em hortas, roças ou são empregados em Tianguá e a atividade produtiva predominante é a produção de hortaliças, vendidas em Sobral, distante 100 km.

A Associação comunitária do Acarape foi registrada em cartório em 1985 e seu surgimento foi estimulado pelo governo Estadual por meio do projeto São Vicente, que conforme Holanda (1998) foi um dos que vem prometendo desenvolver o meio rural nordestino desde o final da década de 1970.

A outra associação comunitária dos moradores e agricultores de Acarape, conforme seu presidente, teve início em 2013 com o objetivo principal de estruturar uma cooperativa para vendas dos produtos da hortifruticultura, resultantes do projeto de agricultura familiar iniciado no ano de 2013 e, hoje, tem 17 famílias cadastradas.

Sobre a presença do turismo em Acarape, corroborando o que anteriormente foi identificado nas páginas da internet, um residente de Acarape afirma: “o que eu posso dizer é o seguinte: a vinda do turismo tornou Acarape conhecido, pois ninguém conhecia e hoje a vila é conhecida como o local onde tem as rampas de

¹² Valparaíso: km 328; Bela Vista, km 300 e Vila Acarape, km 306.

¹³ Conforme relata o presidente da associação dos moradores da Vila Acarape, em entrevista concedida em 31 de setembro de 2013.

¹⁴ Moradora da Vila Acarape em entrevista concedida dia 31 de setembro de 2013.

voos livres”. Entende-se ainda que nos últimos dez anos, a Vila Acarape vem passando por grandes mudanças com a urbanização e presença do turismo, após especialistas terem identificado que as rampas eram pedimentadas¹⁵.



Foto 11 - Vila Acarape, antiga rua da palha.



Foto 12 - Vila Acarape, área não pavimentada.

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

A pouca alteração na infraestrutura local, como mostra a foto 12, reflete-se também no modo de viver do povo que demonstra o não empoderamento dos efeitos das práticas de turismo em uma localidade, pois, quando é abordada a necessidade de placas turísticas no local, o líder comunitário e também presidente da Associação de Moradores da Vila Acarape afirma: “depois que colocaram essas placas, fica mais fácil a gente dizer onde mora. Se eu tô em Sobral, um amigo pergunta onde é o Acarape, é só dizer que mora na entrada onde tem as placas na subida da serra.”

Diante do contexto, é possível afirmar que não é mais possível citar a Vila sem se reportar às práticas de turismo em Tianguá. É, portanto, partindo disso que a partir de agora serão abordados aqui os três empreendimentos turísticos existentes. A Vila Acarape, que é tipicamente pouco movimentada, sofreu algumas alterações na paisagem, dentre elas, a fixação de placas de sinalização indicativas dos equipamentos turísticos instalados desde 2003.

¹⁵ As rampas pedimentadas são formadas por colúvios provenientes do retrabalhamento de escarpas, hoje pedogenizados, sotopondo paleopavimentos detríticos associados à última fase climática seca do Pleistoceno (Würm). Representam as baixas vertentes onde as Areias Quartzosas álicas e distróficas, e os Cambissolos distróficos favorecem a pecuária extensiva. Disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia/cap6/>.

Empreendimento 01



Foto 13 - Área externa.



Foto 14 - Área interna.

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

O empreendimento 01, onde funciona a Associação de Voo Livre de Tianguá, (foto 13) que é filiada à Federação de Parapente e Asa Delta do Estado do Ceará (FEPACE), pode ser definido como uma associação de entidades, clubes e pilotos que praticam o voo livre nas modalidades de parapente, asa delta, paramotor e *tracker* na região compreendida pelo Estado do Ceará.

O local onde ocorrem campeonatos de voo livre, (foto 14) encontra-se a 540 metros acima do nível do mar e possui área de *camping* com capacidade para 100 barracas, ou seja, 200 pessoas, 30 delas que podem ser alugadas no local. Como o acesso para visitação é livre, não há um perfil definido de público.

No local, é comum a visitação de estudantes de escolas públicas e privadas em aulas de campo para o estudo de questões relacionadas ao meio ambiente e aos esportes de aventura. Entretanto, o que diferencia este dos demais empreendimentos turísticos é a locação do espaço para eventos variados como: cultos evangélicos, festas dançantes, aniversários, e outros.

Empreendimento 02



Foto 15 - Área externa.



Foto 16 - Área interna.

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

O Empreendimento 02, (foto 15) que possui hospedagem exclusiva para pessoas interessadas em *camping*, atinge, por isso, especialmente o público mais jovem, o que talvez se explique pelo fato de o proprietário ser um jovem estudante de graduação em Educação Física com afinidade para os esportes de aventura.

O espaço, construído com foco na sustentabilidade como exemplificam os mais de 100 ipês amarelos que compõem o cenário do local, oferece àqueles que vêm acampar, a maioria jovens e casais sem filhos, uma infraestrutura com 15 barracas para aluguel com colchão inflável e colchonetes, um mirante e uma piscina de água natural, (foto 16) banheiros, restaurante com cardápio variado e café da manhã. O grande diferencial deste empreendimento é a iniciativa de ser associado a outro empreendedor que atua como guia de turismo e possui carro apropriado com capacidade para a realização de passeios diários, principalmente aos acampantes que têm interesse em conhecer outros lugares como, por exemplo, a região da chapada até a divisa com o Piauí, onde há duas cachoeiras próximas - uma no Estado do Ceará e outra no Piauí - com belas paisagens.

Empreendimento 03



Foto 17 - Área de camping com barracas.



Foto 18 - 10º Luau da Montanha de 2013.

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

Este empreendimento, cuja maioria do público tem sido de famílias com pessoas de todas as idades, tem sido uma das opções para os visitantes e esportistas, pois possui 11 espaços com capacidade de hospedar até 45 pessoas, além de áreas para 500 barracas. (foto 17)

É cobrada uma taxa de manutenção para visitar o local onde é possível tomar banho em piscina natural, visitar cavernas, conhecer mais de mil espécies de árvores nativas e frutíferas no acesso ao mirante onde são realizadas as práticas de voos livres. Ainda há possibilidade de praticar *rappel*,¹⁶ jogos de salão e vôlei de areia em uma área de lazer e participar dos *lu'aus*¹⁷ nos meses de junho a novembro. (foto 18 - 10ª edição no ano de 2013).

¹⁶ Termo de origem francesa que designa uma categoria de esporte radical na qual são utilizados cabos e cordas para descer cachoeiras, penhascos, paredões e edificações. Além de seu caráter esportivo e recreativo, o *rappel* pode ser de grande utilidade pública em operações policiais, de busca e salvamento, motivo pelo qual vem sendo incentivado em corporações como Corpo de Bombeiros, por exemplo.

¹⁷ Termo de origem havaiana, o “*lu'au*” foi incorporado e registrado pela língua inglesa. Trata-se de um encontro festivo realizado ao ar livre, no qual os participantes confraternizam, dançam e cantam ao redor de fogueiras, sobretudo nas noites mais quentes à beira mar. Este termo designa ainda um prato típico havaiano, o que sugere que o *luau* seria uma festa local associada ao consumo de alimentos tradicionais. No Brasil, a tradição, introduzida por jovens viajantes e surfistas, vem se consolidando.

Rampas de voo livre dos empreendimentos 01 e 03



Foto 19 - Visão aérea das duas rampas de voo livre.



Foto 20 - Rampa equipamento 03.

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

As características principais das rampas de voo livre dos empreendimentos 01 e 03 são: tendo como melhor época de vôo os meses de junho a dezembro, o local está a 775m de altitude e a 310 km de Fortaleza, próximo a BR 222 e a 5 km de Tianguá, na Vila Acarape. A decolagem, que pode ocorrer simultaneamente com outra, é em grama e muito espaço na sombra para montar a asa e opções de pouso na rampa, além de 3 outros pontos em frente à rampa a 2.800 e 3.500 metros com resgate fácil a partir da BR 222.

Em uma das rampas, (foto 19) mesmo de forma artesanal, foram organizados assentos para os visitantes diários assistirem aos voos e contemplarem a paisagem. Conforme foi observado nos momentos de atividades de campo, as pessoas vêm em grupos de familiares ou em casais para a realização dos voos ou para assisti-los.

Na outra, (foto 20), embora haja intensa movimentação especialmente em feriados e em fins de semana, não são realizados voos de asa delta, somente a prática de parapente. Esta rampa ainda é utilizada para outros fins como cenário para filmagem de casais; fotos de formatura, aniversários, casamentos e outros.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA EM VILA ACARAPE

O MTUR (2010) sugere que, ao se pensar sobre ecoturismo como alternativa econômica para uma região, esse segmento deve ser compreendido como uma forma de promover a conservação, a valorização dos recursos ambientais e turísticos e a efetiva inserção das comunidades locais.

Diversos autores têm reforçado a relevância das dimensões do turismo sustentável, (quadro 5) dentre eles Oliveira Filho e Monteiro (2009) ao afirmarem que, nas atividades ecoturísticas, deve haver envolvimento de todos os segmentos da sociedade, abrangendo as dimensões econômica, ambiental, social e cultural, no sentido de tornar-se instrumento de melhoria da qualidade de vida das

comunidades, fonte geradora de renda e mecanismo de conservação e/ou proteção das belezas naturais e riquezas histórico-culturais.

Quadro 5 - Dimensões do turismo sustentável

Dimensões para o turismo sustentável	Fonte
<ul style="list-style-type: none"> - Ambiental: análise dos níveis de visitação, dos tipos de visitantes e do seu comportamento; - Econômica: maximização do uso dos recursos naturais, com redução dos custos ambientais; - Social: previsão da adaptabilidade e da capacitação social; - Cultural: realização de estudo sobre a singularidade, a força e a capacidade cultural; - Política: apoio e envolvimento dos residentes do destino turístico. 	UNWTO, 2009.
<ul style="list-style-type: none"> - Sob os aspectos ambientais; - Sob os aspectos econômicos; - Sob os aspectos socioculturais. 	Ferreira e Coutinho, 2002.
<ul style="list-style-type: none"> - Ecológica: capacidade de carga do ecossistema para uso turístico; - Econômica: desenvolvimento econômico dos destinos turísticos; - Social: equidade na distribuição dos benefícios trazidos pelo turismo; - Cultural: respeito às diferenças, valorização das minorias e integração cultural; - Política: participação da comunidade local e dos visitantes nas decisões; - Espacial: uso adequado dos territórios turísticos. 	Sachs, 1993.
<ul style="list-style-type: none"> - Ambiental: o meio ambiente (natural e construído); - Econômica: a vida econômica das comunidades e empresas; - Sociocultural: os aspectos socioculturais, em termos de seus impactos sobre o destino turístico e as comunidades receptoras. 	Swarbrooke, 2000.
<ul style="list-style-type: none"> - Ambiental: ecologicamente correto; - Econômica: economicamente viável; - Social: socialmente justo. 	WTO, WTTC e EARTH COUNCIL, 1996

Adaptado de Teixeira, 2010.¹⁸

Para um melhor entendimento do quadro, convém recorrer a Mourão (2004) que apresenta a categorização sistematizada dos elementos indispensáveis para a prática do ecoturismo e do turismo sustentável, dentre deles os atrativos, os recursos culturais e naturais, a infraestrutura, os equipamentos e os serviços e produtos.

É pertinente ressaltar que, ao tratar sobre atrativos naturais, Queiroz caracteriza-os como “os elementos paisagísticos presentes no meio rural, tais como as matas, os rios e suas cachoeiras, as formas de relevo e a fauna, bem como, a cultura local, que se transforma em atrativos, mantendo, suas funções originais e incorporando outras relacionadas ao turismo.” (2012, p. 49).

Ao detalhar as principais características do ecoturismo, a OMT (2012) aponta que:

¹⁸ Quadro elaborado pela autora para tese de doutorado intitulada *Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em parques nacionais*, da Universidade Federal de Santa Catarina.

1. É toda forma de turismo baseado na natureza em que a principal motivação é a observação e a apreciação da natureza, ou seja, das culturas tradicionais vigentes em áreas naturais;
2. Contém finalidade educacional e de interpretação;
3. Prestadores de serviço que colaboram também podem ser proprietários locais ou donos de pequenas empresas;
4. Tenta minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente natural e cultural.
5. Contribui para a proteção de áreas naturais utilizadas para o ecoturismo, pois gera benefícios econômicos para as comunidades, organiza governos anfitriões que gerenciam áreas naturais com fins de conservação; proporciona oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades locais e aumenta a conscientização sobre a conservação do patrimônio natural e cultural tanto dos habitantes locais e dos turistas.

Dessa forma, o turismo de Tianguá foi pensado como uma atividade econômica impactante tanto ao meio ambiente quanto às vidas das pessoas. A partir dessa perspectiva, foram analisadas as implicações - positivas e negativas – do ecoturismo aos aspectos ambientais, econômicos e culturais da cidade.

Alguns trabalhos realizados no Brasil têm objetivado identificar os impactos ambientais do turismo. Neste estudo, a referência usada é a pesquisa desenvolvida por Butery Neto e Gicovate (2005) sobre a degradação ambiental provocada pelo uso de trilhas de acesso ao pico da Bandeira, no Parque Nacional do Caparaó (MG/ES).

Quadro 6 - Categorias de análise dos impactos ambientais do turismo 01

Categoria de análise	Variáveis de observação diagnóstica positivas	Variáveis para observação diagnóstica negativas
Impactos sobre espécies da fauna e flora	<ul style="list-style-type: none"> - Não interferência nos hábitos de reprodução e alimentação da fauna; - Preservação das espécies nativas evitando caça ou fornecimento de produtos para souvenirs; - Diminuição dos riscos de incêndio; - Não intervenção dos fluxos migratórios; - Ações de controle de compactação pela passagem de pedestres, gado e veículos; - Cuidados junto as diversidade biológica local; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perturbação dos hábitos de reprodução e alimentação da fauna; - Matança pela caça ou fornecimento de produtos para souvenirs; - Aumento do risco de incêndios; - Perturbação dos fluxos migratórios; - Danos à vegetação e extração de espécies comercialmente importantes; - Compactação pela passagem de pedestres, gado e veículos; - Perda da diversidade biológica local.
Impactos sobre Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Direcionamento ecologicamente correto das águas; - Controle na emissão de partículas, gases tóxicos, evitando ocorrência frequente de odores desagradáveis; - Limites de horários para transportes de turistas e das atividades recreativas excessivamente ruidosas; - Redirecionamento e reciclagem de 	<ul style="list-style-type: none"> - Das águas, pela descarga de detritos, por vazamento de agentes tóxicos; - Do ar, pela emissão de partículas, gases tóxicos, ocorrência frequente de odores desagradáveis; - Sonoro, devido ao transporte de turistas e das atividades recreativas muito ruidosas; - Lixo e detritos.

	Lixo e detritos.	
Sobre o patrimônio geológico e sobre a estabilidade das encostas.	- Ações preventivas acerca do equilíbrio das encostas ocasionando aumento de deslizamentos e erosões; - Manutenção das características geológicas com medidas de prevenção; - Cuidados com as calhas dos rios e/ou interrupção da drenagem intermitente.	- Alteração do equilíbrio das encostas ocasionando aumento de deslizamentos e erosões; - Danos às características geológicas com exploração inadequada de rochas; - Danos às calhas dos rios.
Ações junto aos recursos naturais.	Uso responsável do solo; Manutenção de recursos minerais; Preservação dos recursos biológicos; Conservação dos padrões hídricos dos mananciais; Outros.	- Esgotamento do solo; - Exploração e esgotamento de recursos minerais; - Exploração excessiva dos recursos biológicos; - Alteração dos padrões hídricos dos mananciais.
Impacto Visual	- Planejamento estrutural e arquitetônico; - Padronização em placas de sinalização turística.	- Falta de planejamento estrutural e arquitetônico; - Falta de padronização em placas de sinalização turística.
Impactos Sociais	- Contratação de pessoal da própria comunidade, gerando empregos para os residentes; - Responsabilidade social junto a parcela pobre da população; - Garantia de ações para evitar baixa estação. - Respeito à cotidianidade local.	- Não geração de empregos para os residentes; - Banimento da parcela pobre da população; - Sazonalidade geradora de benefícios em épocas específicas do ano; Alterações da cotidianidade local.

Fonte: Adaptado de Butery Neto e Gicovate, 2005, p. 20.

A matriz de observação da paisagem constante no quadro 6 mostra um leque de temas que devem ser vistos pelo pesquisador ao estudar os impactos do turismo. Neste sentido, é conveniente esclarecer que não é feita uma análise profunda de cada impacto e de seus desdobramentos, mas sim uma observação do local para identificar as ocorrências significativas a fim de que futuras equipes especializadas no assunto possam, posteriormente, analisar proficuamente as repercussões de cada agente degradador.

Para tanto, optou-se por partir da matriz de análise de impactos ambientais de Ferreira e Coutinho (2002) de onde foram coletadas as informações empíricas e confrontadas com resultados de outras pesquisas, a fim de possibilitar o entendimento do ecoturismo no âmbito pesquisado.

Quadro 7 - Categorias de análise dos impactos ambientais do turismo 02

Sob os aspectos ambientais	
Positivos, se bem planejado e monitorado	Negativos, se não ocorre o devido planejamento e monitoramento
Destina recursos financeiros para a conservação e incentiva a recuperação de áreas degradadas;	Alterações nos comportamentos, hábitos alimentares e na reprodução dos animais silvestres pelo excesso de visitação e/ou presença de lixo;
Estimula levantamentos de fauna e flora e incentiva a pesquisa científica;	Mudanças numéricas nas populações silvestres;
Promove a educação ambiental e maior consciência ambiental nas populações;	Comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos, penas ou couro de animais;
Viabiliza tecnologias ambientalmente sustentáveis;	Poluição do ar, água, solo, sonora e visual;
Estimula a implantação de infraestrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio;	Abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados;
Valoriza áreas naturais e cria condições de unir desenvolvimento e conservação;	Compactação e erosão do solo.
Sob os aspectos econômicos	
Gera renda e emprega muita gente	Inflação
Pode utilizar a infraestrutura já existente;	Na baixa temporada muita gente pode ficar sem emprego, as atividades dependem das estações do ano;
Desenvolve-se com produtos locais	Pode haver prejuízos econômicos como consequência de boatos, problemas com doenças, mudanças no setor financeiro.
Complementa outras atividades econômicas	A economia pode ficar dependente do ecoturismo como única fonte de renda
Sob os aspectos socioculturais	
Contribui para a educação;	Gera antipatia pelo excesso de visitantes;
Estimula o entendimento e a paz;	Descaracterização da cultura local;
Reduz barreiras entre as pessoas, em razão da raça, cor, sexo, origem cultural, política ou religiosa;	Desentendimentos entre a comunidade local e novos moradores;
Reforça a conservação de heranças e tradições, valoriza a cultura local.	Estimula aumento da criminalidade.

Ferreira e Coutinho, 2002.

Aspectos ambientais

Convém ressaltar que há a destinação de recursos financeiros para a conservação e a recuperação de áreas degradadas. Nesse sentido, há 10 anos, quando iniciou o empreendimento, a responsabilidade ambiental do proprietário priorizou a sustentabilidade, em detrimento do lucro. Conforme o proprietário do empreendimento 03, “o sistema público está inoperante desde a época que eu me instalei aqui, porque... se você for ver, essa questão da estrada, a gente tem um gasto muito grande o ano todo, mesmo a estrada não sendo do sítio”.

Segundo o atual presidente da associação dos moradores da Vila, “em reunião da EMATERCE, dos trabalhadores rurais, da ICMbio, têm sido discutido ações de como utilizar a terra sem desmatamento”. Isso leva a entender que existiu uma intensa fiscalização sobre esse assunto, entretanto, as ações governamentais não ultrapassam esse estágio.

Sobre a relação da sustentabilidade com os recursos financeiros, Soares e Silva (2010) ressaltam que, a partir da reflexão e absorção do paradigma da competitividade sustentável, é esperado que os ambientalistas e os gestores públicos e privados envolvidos com a atividade rejeitem as velhas opções depredatórias adotando uma lógica econômica sustentável que conecta o meio ambiente, o uso eficaz dos recursos, a inovação e a competitividade.

Outro trecho da entrevista com o proprietário 03 demonstra uma preocupação com a sustentabilidade, pois ele afirma que: “foi necessário, evitar a derrubada de novas árvores pelos antigos proprietários que plantavam roças, de feijão, mandioca, milho, dentre outros, bem como realizar ações de contenção de erosão, construindo escadarias de pedra e cimento, muro no entorno da área antes inconsistente”.

Outro aspecto relevante para a conservação da área foi o plantio de grama nas áreas de *camping*, antes expostas às chuvas que causavam erosão. Assim, de acordo com um dos proprietários de equipamento turístico, foram tomados cuidados no replantio, buscando principalmente um conhecimento prévio acerca da flora predominante. Enfim, por se tratar de uma área protegida e com fluxo de pessoas comprometidas com a conservação, os impactos sobre a vegetação não chegam a causar graves danos ao meio ambiente.

Dessa forma, apropriando-se das ideias de Mendes *et. al.*, (2007), o ecoturismo é uma alternativa diretamente associada à preservação do meio ambiente, principalmente pelas comunidades envolvidas, pois pode levar a uma consciência de que o desenvolvimento não necessita causar danos ao meio ambiente. No caso de Tianguá, a preocupação dos gestores do local e dos usuários em manter a fauna e a flora nativas é evidente e isso inclui a recuperação desta em alguns trechos onde já fora prejudicada. Outro item importante neste sentido é o fato de que o artesanato feito no município é baseado no reaproveitamento dos recursos naturais, a fim de não comprometer espécies silvestres.

Para a construção dos chalés, foi tomado o cuidado de utilizar áreas que não necessitassem de desmatamento, além de preservar a vegetação local e efetuar o plantio de cerca de 120 tipos de árvores, como comprova o depoimento do proprietário 03: “Houve plantação de árvores como Ipê amarelo, palmeira babaçu, bambu, além de árvores frutíferas como mangueiras, cajueiros, entre outros”.

Entretanto, é pertinente dizer que, mesmo após várias buscas acerca de informações sobre a fauna e a flora, não foi possível identificar a existência de um controle regular desses dados, embora algumas espécies de animais possam ser identificadas a partir do depoimento do proprietário do empreendimento 03: “Macaco Prego, soim sagui, veado, guaxinim, raposa, cutia, outros roedores, gato maracajá pintado, onça maçaroca e outros”.

Convém mencionar que, após a instalação dos equipamentos ecoturísticos na região, houve uma melhora na educação ambiental da população, despertando nela uma consciência ambiental maior e uma sensível mudança no comportamento como, por exemplo, deixar de realizar queimadas de roças e caçar animais silvestres.

Ainda sobre as contribuições para a educação, identificou-se que os locais onde há prática de ecoturismo têm sido laboratório para aulas de campo das escolas e faculdades com cursos de graduação do Município de Tianguá para estudos ambientais, palestras, entre outros. Assim, hoje é possível observar que há árvores novas. Isso faz entender que existem ações apenas pontuais de educação ambiental.

Diante disso, recorre-se a Neiman (2008), ressaltando-se que existem sérios equívocos no que tange às práticas, ao planejamento e às atitudes vivenciadas em atividades realizadas em áreas naturais. Entende-se, portanto, que ações de educação ambiental desconectada de planejamento têm como consequências essas limitações, pois não alcançam a população da Vila Acarape. A última mobilização relacionada à educação ambiental foi provocada por um surto de doença (dengue) em Tianguá, há mais de 4 anos.

Estimula a implantação de infraestrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio, entende-se que mesmo não garantindo todo suprimento na comunidade, percebeu-se o surgimento de pequenas mercearias, mas não possuem integração com o turismo local.

Sobre a valorização das áreas naturais e a criação de condições de unir desenvolvimento e conservação, apenas nas áreas onde os empreendimentos estão situados é visível. Uma das consequências disso tem sido o número de macacos-prego que aumentou na região, acreditando-se que não somente por causa da ampliação da área verde local, mas principalmente pelo desmatamento que ainda ocorre em áreas vizinhas à Vila Acarape.

Diante desses resultados, pode-se atribuir como positivo, baseando-se em Altmann (2008), ao realizar estudos sobre a relevância das ações de preservação e recuperação ambiental. Conclui que a adoção de um mecanismo de incentivo positivo nos moldes da compensação financeira pela preservação e recuperação da mata ciliar surge como uma alternativa complementar aos atuais instrumentos de gestão e proteção ambiental e dos recursos hídricos. O autor ainda ressalta que tal mecanismo de incentivo positivo merece um estudo sério e aprofundado, enquanto estratégia de conservação dos ecossistemas associados aos recursos hídricos, sejam implementadas.

Ao tratar sobre os aspectos negativos, sobre as alterações nos comportamentos, hábitos alimentares e na reprodução dos animais silvestres, pelo excesso de visitação e/ou presença de lixo, observou-se que em um dos empreendimentos, ao anoitecer, ocorre queima de madeira em uma das áreas de

camping para diminuição dos insetos. Além disso, acontece a realização de aluguel do espaço para eventos como cultos evangélicos que se estendem até a madrugada, com sons em volume muito alto, alterando os hábitos locais.

Outro aspecto a ser considerado está relacionado ao fato de um dos proprietários de empreendimento afixar cachos de bananas nas palmeiras para estimular os macacos virem se alimentar nas proximidades das áreas de acampamento. Isso serve como atrativo para que os turistas registrem em fotografias. Sobre essa ação, entende-se que altera a cadeia alimentar dos outros animais.

Sobre mudanças numéricas nas populações silvestres, observou-se ainda que durante os meses de verão e em épocas específicas do ano é comum a realização de "luaus", afetando diretamente os hábitos de animais noturnos. Segundo alguns frequentadores, tem-se verificado diminuição do número de morcegos na caverna, em decorrência do fluxo de visitantes que acabam por perturbar o habitat daqueles mamíferos.



Foto 21 - Chalé ocupado por turistas.



Foto 22 - Margem da BR, entrada da Vila Acarape.

Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I., 2013.

Acredita-se ainda que o ruído produzido pelo fluxo de veículos automotivos¹⁹ nas proximidades da formação geológica pode ter influenciando no afastamento de algumas das espécies nativas. Não foi possível identificar comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos, penas ou couro de animais, na região.

Sobre a poluição do ar, água, solo, sonora e visual, identificou-se abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados, inclusive para um santuário criado para ser um atrativo turístico a 04 km da Vila Acarape. Entretanto, não foram cortadas árvores para criação das trilhas, apenas os galhos que impediam de passarem os carros. Em relação à compactação e erosão do solo, não existe ainda fluxo grande, pois o acesso ainda é difícil; entretanto, percebe-se que há interesse em tornar esse caminho mais movimentado.

¹⁹ O fluxo de veículos de turistas em fins de semana, feriados e em épocas de festas, intenso e isso pode comprometer o *habitat* de animais silvestres existentes.

Em suma, não foi possível detectar fontes poluidoras que comprometam a qualidade do ar. Conforme visto na foto 21, há fluxo de veículos no local, mas em quantidade aceitável, de forma que a emissão de gases tóxicos não chega a constituir um problema digno de preocupações. Convém, no entanto, recomendar sempre o controle do fluxo para se evitar problemas futuros. Os veículos são ainda a principal fonte de poluição sonora, mas se deve considerar que o ruído ocorre, em linhas gerais, em níveis aceitáveis. Como dito, há suspeitas dos morcegos terem se afastado, em parte, em função da presença de carros, mas pesquisas ainda serão necessárias para que esta hipótese se comprove.

Em relação à água, não foi possível detectar fontes poluidoras de grande relevância provocada pela prática do turismo. Em ambientes como este são dois os agentes poluidores da água: o descarte inadequado de resíduos/lixo e a contaminação por dejetos e esgoto. Durante as atividades realizadas em campo, observou-se que os frequentadores de fato cuidam do local, de forma que não se viu acúmulo de lixo em locais impróprios.

Todavia, conforme foto 22, existe problema de acúmulo de lixo na área pelos residentes da Vila Acarape na Borda da BR 222, poluindo os mananciais que escoam. Igualmente, considere-se que não há saneamento básico em toda Vila Acarape bem como na região onde os empreendimentos turísticos se encontram.

Aspectos econômicos

Quanto à geração de emprego e renda, relacionados aos aspectos econômicos, observou-se que os empreendimentos têm crescido significativamente e isso tem proporcionado geração de renda aos funcionários que são todos de Tianguá, pois os empreendedores não contratam pessoas que não sejam do município. Entretanto, a pouca garantia aos mesmos tem como consequência riscos, pois não tem carteira assinada, ou seja, são contratados informalmente. Das mais de cinquenta pessoas, menos de 20 tem carteira assinada.

A infraestrutura dos locais onde ocorrem as práticas e turismo na Vila Acarape, precisou passar por processo lento de recuperação e reflorestamento, em todos os três empreendimentos. Somente a reserva Serra Grande foi mantida a infraestrutura que não sofreu desmatamento.

Quanto à utilização dos recursos locais no seu desenvolvimento, identificou-se que existe valorização da compra de produtos locais, como legumes, hortaliças e frutas, entretanto, percebeu-se também que os moradores da Vila Acarape não ficam com os lucros dessas vendas, pois também são prestadores de serviços para os proprietários das plantações. Pode se citar como exemplo a verdura orgânica que é fornecida por um proprietário (francês) de um sítio.

Outras atividades econômicas podem ser identificadas como: “vendedor de óculos”, um restaurante na Vila Acarape que vende comida regional, mas ainda são atividades pouco organizadas.

Não há baixa temporada, pois durante todo o ano há movimento ecoturístico nos equipamentos turísticos. Ou seja, todo dia tem visitantes no local para fazer visitação. Ao contrário, ocorre aumento de fluxo, durante datas festivas, como feriados, fins de semana, e meses de julho, dezembro e janeiro.

Não existem problemas que possam ameaçar a saúde local, ou boatos, nem mesmo o setor financeiro, mas caso isso ocorra, é possível sim que haja queda no fluxo de turistas na Vila. Quanto à possibilidade de a economia ficar dependente do ecoturismo como única fonte de renda, isso não procede, pois não é a renda principal, o máximo que pode ocorrer será com o passar do tempo, essas pessoas se desacostumarem ao trabalho nas hortas que são a fonte de renda principal no lugar.

Aspectos socioculturais

Por Aspectos socioculturais, entende-se que não existe uma campanha formalizada em relação à educação e à contribuição para a educação ambiental, porém as práticas de queimadas das roças, bem como as caças aos animais silvestres, mudaram significativamente na Vila. Isso se deve ao fato de todos os proprietários de empreendimentos turísticos serem pessoas envolvidas com as questões socioambientais. Quanto ao estímulo ao entendimento e a paz, pode-se considerar que sim, pois, mesmo tendo aumento no fluxo de pessoas na Vila, não há relatos do aumento de violência.

Percebeu-se que as atividades turísticas reduzem barreiras entre as pessoas, em decorrência de fatores como raça, cor, sexo, origem cultural, política ou religiosa. Durante as festas temáticas, e os “luaus”, são tocadas músicas variadas, além de haver a presenças de turistas e residentes. Portanto, é um momento oportuno para troca de culturas, no qual um influencia o outro, mas podendo-se ressaltar que nunca houve caso de desrespeito e isso reflete positivamente.

Não foram identificadas ações relacionadas ao reforço da conservação de heranças e tradições e valorização da cultura local, ou seja, não há aproximação da cultura local com o turismo. Existe um muro imaginário entre a população residente na Vila.

Sobre os impactos negativos, reconhece-se que há resistência de alguns moradores, embora isso tenha diminuído. Tal fato se deve aos antigos hábitos dos moradores de cortar e queimar árvores para cozinhar suas refeições, além do hábito de queimarem os roçados em épocas de preparação do plantio de milho e feijão. Com a implantação dos empreendimentos turísticos, houve solicitação dos empreendedores para que abandonassem os hábitos antigos. Isso provocou e continua provocando situações desconfortáveis entre os mesmos.

Não existem casos de antipatia entre moradores e turistas, apenas indiferença. Isso se crê não ser algo interessante. Outro fato a ser considerado é o da descaracterização da cultura local com a promoção de festas diferentes das tradicionais no lugar e das outras formas de ocupação de trabalho.

Houve desentendimentos entre a comunidade local e novos moradores, pois novas formas de lidar com a natureza passaram a ser observadas, conforme anteriormente relatado. Quanto à criminalidade, não há casos provocados pelo turismo suficientes, que possam refletir negativamente.

Dentre as iniciativas necessárias para a reorganização do ecoturismo em Tianguá, deve ser iniciada pela estruturação de uma secretaria de turismo, a qual se articula com outras secretarias, de Tianguá e municípios vizinhos, sistema “S” que

será de relevante contribuição pelas suas boas práticas, bem como o Grupo de Empreendedores do Turismo de Ibiapaba.

Diante deste contexto, entende-se que o ecoturismo e a prática de esportes radicais/de aventura no município se alimentam mutuamente, pois é inevitável dissociá-las. Se por um lado a atividade esportiva ensejou o desenvolvimento turístico, na atualidade é o turismo que tem promovido a construção das infraestruturas e a instalação de empreendimentos que dão dinamismo à prática esportiva nos moldes locais.

As práticas de ecoturismo no município de Tianguá findaram em 2003, estando limitadas ao uso da unidade e conservação de Serra Grande. Importante observar que a mesma sempre foi de iniciativa privada, ou seja, dos proprietários de um hotel onde a reserva estava situada.

A compra de dois terrenos, outrora utilizados para agricultura familiar e situados à margem da BR 222, na Vila Acarape, Tianguá, por pessoas praticantes de esportes de aventura, propiciou que o local passasse por processo de reflorestamento da área para fins ecoturísticos. Após sua reorganização, tornou-se polo receptivo para pessoas interessadas em aproximação com a natureza seja atraída pelos campeonatos de voo livre que se tornaram frequentes nos dois locais, ou mesmo para visitas de contemplação, entre outras. O seu uso foi feito por residentes, turistas de municípios vizinhos, mas principalmente de outros estados, dentre eles o de maior taxa de visitação, cita-se o Piauí.

Portanto, algumas observações sobre o ecoturismo permitem a afirmativa de que Tianguá, por sua ampla área verde, é possuidora de potencial polo receptor de ecoturismo. Ocorre que isso há tempos foi identificado, entretanto, observa-se que os planos de turismo para Tianguá não avançaram para a efetivação das suas políticas.

Ora, tanto nos documentos, quanto nos depoimentos colhidos para este estudo, percebeu-se a homogeneização dos atrativos turísticos, ou seja, ficou faltando pormenorizar as especificidades do lugar. Entenda-se como exemplo o caso dos equipamentos turísticos percebido pela iniciativa privada. E, como se sabe, a mesma possui limitações que, se fossem apropriadas pelo poder público, existiriam possibilidades de avanços consideráveis na prática de ecoturismo no Município.

SUGESTÕES PARA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM TIANGUÁ

A partir dos dados conclusivos da investigação sobre o turismo em Tianguá ocorrida durante o período entre junho de 2012 e dezembro de 2013, surgiu a necessidade de realizar sugestões para o turismo em Tianguá. Portanto, vale ressaltar que o enfoque foi no turismo de aventura impulsionado pelos esportes de aventura, bem como no ecoturismo, motivado pelas diversas características dos ecossistemas ali existentes.

Após a realização do estudo, entendeu-se que essa proposta deveria se focar na potencialização dos impactos socioambientais positivos do turismo em Tianguá. No entanto, importa reconhecer que não se trata de ousar resolver todos os problemas por meio do turismo local, mas acredita-se que esta atividade pode ser útil em futuras ações dos promotores do desenvolvimento no município estudado.

Para tanto, a partir dos diversos achados dessa pesquisa, elencaram-se os três, entendidos como possuidores de fragilidades, e que, portanto, necessitam ser potencializados. São eles: a promoção/gerenciamento concentrado basicamente nos empresários (locais) do turismo; dificuldade que os residentes possuem em perceber a força transformadora que o turismo ali existente possui e a não existência de um plano específico para o turismo em Tianguá. Assim sendo, segue o conjunto de propostas consideradas cabíveis para o atual momento:

a) para a promoção/gerenciamento que se encontra concentrado basicamente nos empresários (locais) do turismo:

- Poder público: instituição de uma Secretaria de Turismo do Município com técnico especialista que possa realizar ações específicas para o turismo em Tianguá;
- Empresariado: permanecer com ações que vem desenvolvendo, assim como permitir participação do setor público e dos residentes na elaboração das estratégias para o turismo em Tianguá;
- Residentes: realização de campanhas de conscientização para o turismo sustentável, em especial, por meio das duas associações comunitárias, junto aos residentes para o despertar para a participação ativa.

b) para lidar com as dificuldades que os residentes possuem em perceber a força transformadora que o turismo ali existente possui:

- Poder público: estabelecer campanha de educação para lazer e turismo em suas políticas públicas. Para efetivar essa iniciativa, seria interessante o fortalecimento da parceria com o SEBRAE, local que tem realizado relevantes ações que podem ser potencializadas para desenvolvimento sustentável com participação ativa dos residentes;
- Empresariado: promover uma campanha periódica (anual) de educação ambiental junto aos residentes.
- Residentes: participação das duas associações comunitárias na multiplicação das possibilidades de apropriação como cursos de capacitação em turismo pelos residentes.

c) sobre a não existência de um plano específico para o turismo em Tianguá:

- Poder público: com base na oferta turística disponibilizada neste estudo, a realização de plano diretor (por um período determinado) para o turismo em Tianguá considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioambientais. Para estes aspectos, é importante que a intervenção de profissional especialista em turismo, vinculado a(as) secretaria(as) responsável(is) pelo mesmo no Município de Tianguá
- Empresariado: participação efetiva com proposta para o turismo no plano diretor, a ser discutida com os demais envolvidos no processo;
- Residentes: participar com proposta para o turismo, de preferência elaborada por participantes ou representantes das duas associações existentes, na Vila Acarape em Tianguá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro teve como tema “ATIVIDADES E ESPORTES NO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA EM TIANGUÁ, CE: INCIDÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS”. A pesquisa foi desafiadora, por se tratar de um trabalho inédito sobre turismo numa região onde tais práticas se instalaram há cerca de 13 anos.

Desde as primeiras investigações, quando foi percebido que não havia no município de Tianguá uma política pública para o turismo condizente com as iniciativas dos empreendimentos privados, percebeu-se que seria importante organizar dados preliminares e aprofundar em aspectos que pudessem explicar a presença do ecoturismo e do turismo de aventura na área do estudo.

Pretendeu-se ainda produzir uma fonte fidedigna de dados para a consolidação do turismo local. Para tanto, foi necessário entender os aspectos geomorfológicos, sua vegetação e clima, bem como sua oferta turística e a cultura no contexto da Chapada de Ibiapaba, sobretudo no recorte geográfico da pesquisa, que foi o município de Tianguá.

Diante da percepção de que as práticas de turismo em Tianguá estão fortemente concentradas em uma localidade chamada de Vila Acarape, outros desafios foram lançados para o pesquisador: a ausência de documentos sobre a Vila Acarape, bem como coletar dados em campo para alcançar as impressões adequadas do contexto turístico local.

As opções metodológicas deste estudo se mostraram oportunas e adequadas para que os objetivos fossem atingidos. Em um primeiro momento, realizamos a leitura e organizamos uma consistente base teórica composta por livros e artigos de autores de diferentes áreas do conhecimento: Turismo, Geologia, Geografia, entre outras.

Na fase seguinte, a coleta de dados em campo oportunizou identificar o contexto turístico do município de Tianguá na Chapada de Ibiapaba. Para tanto, visitaram-se as áreas turistificadas do município, elaborando-se um amplo acervo fotográfico. Além disso, realizaram-se entrevistas com sujeitos sociais envolvidos com a dinâmica turística local, elaborou-se e aplicou-se uma matriz de estudo dos possíveis impactos do ecoturismo e do turismo de aventura na área estudada.

Na análise dos conceitos fundamentais da pesquisa, pode-se observar que já há uma ampla discussão teórica sobre os temas abordados neste estudo: turismo, ecoturismo, turismo de aventura, além de termos específicos tomados emprestados da Geografia, tais como: serra, chapada, paisagem e outros.

Porém, ao realizar a descrição da área estudada, observou-se maior escassez de dados, o que não chegou a comprometer a pesquisa, pois a coleta de dados primários supriu a carência de estudos sobre a área pesquisada.

Do ponto de vista teórico, há uma grande profusão de termos que, por vezes, pode confundir o público leigo quanto ao que de fato significa “esportes radicais”, “esportes de aventura”, “turismo de aventura” e até mesmo mesclar estes termos entre si e com outros semelhantes.

A falta de clareza conceitual é um elemento que deve de fato motivar novos estudos sobre esta temática, sobretudo em um país como o Brasil, que por sua grande dimensão territorial e diversificação de paisagens, permite distintas formas de uso de suas potencialidades turísticas.

A partir do balanço conceitual, foi possível perceber que, para compreender o turismo, é necessário entender aspectos relacionados ao ser humano e seu habitat, bem

como o seu legado cultural e as vocações turísticas regionais/locais. Ou seja, as propensões de determinados segmentos do turismo, as potencialidades regionais/locais bem como as demandas setoriais derivam diretamente desta relação espaço-sociedade, que deve ser entendida a partir de um olhar crítico e centrado na busca do equilíbrio socioambiental.

Em campo, observou-se a simultaneidade das práticas de ecoturismo e do turismo de aventura, a consolidação desses segmentos de forma relativamente bem planejada desde o ponto de vista operacional, ampliação das ações de reflorestamento, ocupação da mão de obra local não especializada, entre outros. .

Também foi possível perceber alguns aspectos a serem melhorados, ou corrigidos, como: distanciamento da população residente em relação à área turística no sentido de não se apropriarem dos serviços que poderiam ser ofertados por eles; a necessidade de campanha de sensibilização ambiental mais intensa; necessidade de capacitação da mão-de-obra local para ampliar o grau de empregabilidade dos residentes; maior espalhamento dos usos turísticos de Tianguá para evitar o estrangulamento futuro de Vila Acarape, entre outros.

Com base nos estudos realizados, entende-se que Tianguá está em fase de consolidação de sua imagem e de seu produto turístico. O município possui potencial e possibilidades de expansão de sua oferta, mas deve atentar para o fato de que não se deve transformar o ecoturismo e o turismo de aventura em atividades inadequadamente massificadas. Caso isso ocorra, graves processos de degradação poderão ocorrer.

Portanto, diante dessa constatação, medidas podem ser operacionalizadas no sentido de se criar estratégias adequadas de planejamento e gestão do espaço turístico para que se estabeleça uma relação sinérgica entre toda a oferta existente no município e, inclusive, articulando-a com a oferta de outros locais, na busca de criação de roteiros regionais.

Quanto ao artesanato, verificou-se que existiu necessidade inicial de políticas públicas de estímulo à produção das mais diversas formas de artesanato no município, a fim de promover a geração de renda para os residentes, mas especialmente estimular o avivamento da cultura do lugar, possibilitando a sobrevivência da memória da população tianguaense.

Sobre a cultura popular, percebeu-se que há algumas experiências bem sucedidas de implementação das suas práticas, portanto, entende-se como mais um item a ser organizado e entendido em suas possibilidades de multiplicação em outros espaços do município. Sabendo que o assunto não se esgota em si mesmo, acredita-se que há diante de um breve estudo, realizado algumas descobertas que contribuirão para possíveis soluções. Isso sem negar que outros questionamentos surgirão a partir do exposto.

A Geografia local proporciona a aventura e a contemplação, onde os visitantes podem vislumbrar elementos cênicos muito particulares e agradáveis da paisagem local. Para manter esta potencialidade atraente para novos visitantes, os usuários dos equipamentos e seus proprietários se esforçam para manter a área conservada, com baixos índices de degradação ambiental.

Uma atenção muito especial foi dada à Vila Acarape, onde há forte concentração da oferta local. Esta comunidade possui forte potencial turístico para acolher viajantes interessados na prática de esportes radicais. Prova disso é a instalação do capital turístico no entorno das áreas com maior vocação para abrigar estas atividades esportivas e recreativas.

Um fato considerável é o de que, na Vila Acarape, o ecoturismo e o turismo de aventura são atividades que ocorrem simultaneamente, mesmo sendo evidente que isto não ocorre em todos os destinos turísticos onde estes segmentos se fazem presente. Ressalta-se ainda que no local pesquisado, o turismo vem trazendo benefícios para os moradores e de fato tem colaborado para a manutenção do equilíbrio ecológico local, ainda que impactos possam ser claramente vislumbrados.

Diante dos achados identificados durante a realização da fundamentação teórica, das visitas *in loco*, bem como da realização da análise de impacto do turismo, ousou-se propor sugestões para o turismo sustentável em Tianguá. Neste sentido, foram demarcados três grupos envolvidos no turismo, o poder público, os empreendedores do turismo, bem como os residentes.

Por fim, convém recomendar que novas pesquisas sejam realizadas na Chapada de Ibiapaba, para que outros municípios possam ter suas potencialidades turísticas estudadas. Acredita-se que com a contribuição da ciência, o planejamento regional será potencializado caso os gestores o levem em consideração, pois os sujeitos sociais locais estarão mais servidos de dados confiáveis e comprometidos com a conservação ambiental, com a valorização paisagística e com a perpetuação dos traços culturais existentes na chapada.

6 REFERÊNCIAS

Ab'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4. ed. ATELIE. 2007.

ALTMANN, A. A compensação financeira pela preservação e recuperação da mata ciliar como instrumento de gestão ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 49, p. 11-26, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.abrh.org.br/SGCv3/UserFiles/Sumarios/d89f323c509692e3b38fe0d724925e39_0a044b4e25facc825a57385c6e3aa0cd.pdf>. Acesso em: 25. mai. 2013.

ANSARAH, M. G. R.; PANOSSO NETTO, A. A segmentação dos mercados como objeto de estudo do turismo. In: VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, 2010.

ARAÚJO, F.S.; MARTINS, F.R.; SHEPHERD, G.J. Variações estruturais e florísticas do carrasco no planalto de Ibiapaba, Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Biologia**, v. 59, p. 663-678, abr. 1999.

ARAÚJO, J. B. C. Produção Orgânica de Acerola: Garantia de Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental para Agricultores Familiares da Serra da Ibiapaba-Ceará. IV Congresso Brasileiro de Agroecologia. II Congresso Latino-Americano de Agroecologia, 2009, Curitiba, **Anais...** Paraná: 2009. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPAT-2010/11514/1/AT09079.pdf>> Acesso em: 25. Mai. 2013.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Análise estrutural do Turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BENTO, L. C. M. e RODRIGUES, S. C. **Geomorfologia Fluvial e Geoturismo- O Potencial Turístico de Quedas D'água do Município de Indianópolis, Minas Gerais**. Campinas. v. 2 N. 1 Jun. 2009. Disponível em: http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc_v2_n1.pdf. Acesso em: 05 nov. 2012.

BEZERRA, L. G. **Coisas da imaginação**. Meio Norte. Tianguá, CE. 2007.

BUENO, F. P. Educação ambiental aplicada ao ecoturismo nas unidades de conservação do pólo de ecoturismo da ilha de Santa Catarina. RS. **Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. 20, jan. a jun. de 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art6v20.pdf>> Acesso em: 28. dez. 2012.

BUTERY NETO, B, GICOVATE, G. M. Turismo e natureza: identificação de possíveis impactos ambientais na trilha de acesso ao Pico da Bandeira - Parque

Nacional do Caparão (MG). 2005. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Turismo). Curso de Turismo, Faculdade Estácio de Sá de Vitória, Vitória, 2005.

CARVALHO, A. J. S. **Esportes na natureza: estratégias de ensino do Canionismo para pessoas com deficiência visual** 2005. 182 f. Dissertação de (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamento da educação. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/livro_ieab.pdf> Acesso em: 04. Out. 2013.

CARVALHO, P. M. SENTIDOS DO SABER E DO FAZER DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo sobre as concepções dos professores. In: I Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente. Progresso, consumo e natureza - Desafios ao Homem. 2010. Disponível em: <http://www.ceped.ueg.br/snma/conteudo/trabalhos/2010/comunicacao_oral/sentidos_saber_fazer_docente_educacao_ambiental_carvalho_2010.pdf>. Acesso em: 04. Out. 2013.

CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETTO, A. *Implicaciones epistemológicas en la investigación turística. Estudios y Perspectivas en Turismo*. Vol. 20, n.2, p.384-403, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eyp/v20n2/v20n2a07.pdf>>. Acesso em: 08, set. 2013.

CETREDE - Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional. A Serra de Ibiapaba. Estratégia para um plano de desenvolvimento (Uma abordagem setorial). Trabalho prático do II curso de planejamento regional de desenvolvimento. UFC-BNB-MINTER-SUDENE. 1976.

CHARLIER, R. Cultura Popular, revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 16, 1995. p. 177-192. < bibliotecadigital.fgv.br> Acesso em: 02. fev. 2013.

CIVILIS, V. **Sociedade e Ecoturismo**. Na trilha do desenvolvimento sustentável. Peirópolis, SP: 2003.

CLAUDINO-SALES, V.; LIRA, M.V. Megageomorfologia do Noroeste do Ceará: Glint de Ibiapaba, Superfície de Aplainamento e Maciços Cristalinos em Questão. In: III Encontro Latino-Americano de Geomorfologia/VIII SINAGEO, 2010, Recife. v. 1. p. 1-15. 2010.

CNE. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO nº 18, de 9 de abril de 2007. Diário oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. nº 197, quinta-feira, 11 de outubro de 2007. Seção 1, p. 107.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Lei nº 9795/1999 , 27 abr. 1999 - Diário oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 28/04/1999. p. 1.

_____. Resolução Conama nº 01/86. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 28. mar. 2013.

CORIOLOANO, L. N. Ecoturismo e a contribuição ao turismo de comunidades no Ceará. IN: RAMOS, S. P. (org.) Planejamento de roteiros turísticos. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2012.

_____. Ecoturismo e contribuição ao desenvolvimento sustentável em comunidades - Ceará - Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Nº 47 Especial. EGAL, 2011- Costa Rica. p. 1-19 II semestre. 2011.

COSTA, J.T.A.; SILVA, L.A.; MELO, F.I.O. Efeitos do turno de rega e cobertura morta na cultura do alho na Serra de Ibiapaba, Ceará. I. Umidade e temperatura do solo. **Ciência Agrônômica**, v. 28, n. 1, p. 70-84, 1997.

COSTA, R. N. S. *et al.* Identificação de unidades de solo em parte da Chapada de Ibiapaba (CE): por meio de imagem de satélite HRV-SPOT. In: Seminário brasileiro de sensoriamento remoto, 7, **Anais..**, 1993. P. 200-201.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, M. E.; ARMESTO, R. C. G.; ADAMY, A. Origem das Paisagens. In: **Geodiversidade do Brasil - Conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro**. CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

Decreto s/n.º de 26 de novembro de 1996. Brasília, 26 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/120947/decreto-96>>. Acesso em: 20. out. 2013.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do Turismo**. Campinas, Alínea, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 20 out. 2013.

DUQUE, J. G. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 4. ed., Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil , 2004.

FERREIRA, L. F. e COUTINHO, M. do C. B. ECOTURISMO: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/PROECOTUR, 2002.

FPVL, Federação Portuguesa de Voo Livre. Manual de parapente. Disponível em: <http://www.fpvl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=47>. Acesso em: 14 out. 2013.

FREDERICO, I. B.; BRUHNS, H. T. O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez, 2012.

GASPAR, J. B.; SOUSA, A. N. P. e MAGALHÃES, A. A. F. **Tianguá... Raízes de sua história e de sua cultura**. Norte., Tianguá, CE, 2007.

GÓES-SOUZA K.R.; COSTA, V.C. A análise ambiental integrada norteando o planejamento Ecoturístico: uma proposta de estudo de caso em Duas Barras (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, jan/abr-2012.
HOLANDA, F. X. U. **Desenvolvimento rural no Ceará e o Projeto Cédula da Terra**: inclusão social ou um cavalo de Tróia? Brasília: Nead/MDA, 1999.

HOLLEBEN, D. **Turismo de aventura e deficiência visual**. 2009.100 f. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em turismo). Universidade de Caxias do Sul, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Estudos e Pesquisas Informação Econômica número 13. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/publ_comp_ecotur.pdf>. Acesso em: 20. out. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14. Dez. 2012.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. rev. e ampl. Pioneira Thompson Learning, São Paulo - SP: 2003.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**. Perfil básico do município de Tianguá. 2012. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Tiangua.pdf. Acesso em 03. fev. 2013.

JACOBI, P. Desenvolvimento sustentável e educação- caminhos e desafios. 2004. Disponível em: <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_desenv.%20sust,%20educ%20-2004.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2013.

KELLER, P. Uma Nova Maneira de Ver o Turismo Global. (IN) TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi, *et al.* ANÁLISES REGIONAIS E GLOBAIS DO TURISMO BRASILEIRO. ROCA, São Paulo: 2005.

LAGE, B. H. G. e MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA JÚNIOR, J. H. A Prática do Ecoturismo em Propriedades Rurais, **Especialize**. Revista *on line*. 2012. Disponível em:
<http://ipog.edu.br/uploads/arquivos/249a166f2a93fe357e4a6845c127bac7.pdf>.
Acesso em: 20. abr. 2013.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: SIPEQ, 2004.

MARINHO, A. Turismo e aventura: refletindo sobre novas sensibilidades na busca pela natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n.1, 2010. p.141-144. Disponível em:
<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/91/33>.
Acesso em: 22 mar. 2013.

MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Rev. Brasil. Est. Pop.** [*on line*]. São Paulo, vol. 24, n. 2. Jul./Dez. 2007. p. 181-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982007000200002&lang=pt>. Acesso em: 16. jul. 2013.

MATSUSHIMA, K. Dilema contemporâneo e educação ambiental: Uma abordagem arquetípica e holística. **Em aberto**. Brasília, v.10, n. 49, p. 15-33, jan./mar. 1991. [*on line*]. Disponível em:
<<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/756/677>>.
Acesso em: 13 jun.2013.

MENDES. A.M. S. *et al.* ECOTURISMO, PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: algumas considerações. **Revista ACTA Geográfica**, v.1, n.2, jul./dez. p.105-109, 2007.

MOREIRA, J.C. Geoturismo: Uma abordagem histórico-conceitual. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi - UAM., São Paulo, SP. 2009.

MOURÃO, R. M. F. Manual de melhores práticas para o ecoturismo: Ecoturismo e Turismo Sustentável. Rio de Janeiro: FUNBIO Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.

MTUR, Ministério do Turismo, Ecoturismo: orientações básicas. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. - Brasília: MTUR, 2008. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf. Acesso em: 27. Jul. 2013.

_____. Módulo Operacional 4: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília: 2007. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/modulo_operacional_4_elaboracao_do_plano_estrategico_de_desenvolvimento_do_turismo_regional.pdf>. Acesso em: 09. Set. 2013.

_____. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. - Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 07 09 2013.

_____. Turismo de aventura: orientações básicas, Brasília, 2008. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Aventura_Orientaxes_Bxsicas.pdf>. Acesso em 22. mar. 2013.

_____. Segmentação do turismo e o mercado. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 26. jul. 2013.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, Úrsula Azevedo e MANTESSO-NETO, V. **GeoTurismo**: um novo segmento do Turismo no Brasil. *Global Turismo*, v.3, n. 2. p. 14, 2007.

_____. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

NEIMAN, Z. A Educação Ambiental por meio do contato dirigido com a natureza. 2007. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

NEIMAN, Z. RABINOVICH, A. A Educação Ambiental por meio do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 2. p. 77-101, mês. 2008.

NUNES, A. **O presente e o futuro de Tianguá**. Global. Sobral, CE. 2008.

OLIVEIRA FILHO, R. C.; MONTEIRO, M. S. L. Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? **Revista Turismo em Análise**, v.20, n.2, pag, ago. 2009.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Handbook on tourism product development. Published by the World Tourism Organization (UNWTO) and the European Travel Commission (ETC). Madrid: OMT, 2011. Disponível em:
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2899>. Acesso em 12 jan. 2013.

_____. Organización Mundial del Turismo. Ecoturismo y áreas protegidas. 2012. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/es/search/node/ecoturismo>>. Acesso em 27. dez. 2012.

PAIXÃO, A. J. , COSTA, M. L. V. Esporte de aventura e turismo de aventura: aproximações e distânciamentos. **Revista Digital, Buenos Aires**, v.14, n.139, p. 1. dez. 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd139/esporte-de-aventura-e-turismo-de-aventura.htm>>. Acesso em: 09. Set. 2013.

PAIXÃO, J. A, *et al*. Práticas aventureiras e situações de risco no voo livre: uma análise a partir do conceito de redoma sensorial. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 672 - 581. jul./set. 2010.

PANOSSO NETTO, A.; NOGUERO, F. T.; JAGER, M. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. **Turismo em Análise**, v. 22, p. 539-560, dez. 2011. Disponível em: <<http://turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/252/137>>. Acesso em: 26. jul. 2013.

PEDRINI, A. G. A educação ambiental no ecoturismo brasileiro - passado e futuro. In: SEABRA, G.(org.) **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

PIMENTEL. G. G. Ritos e risco na prática do vôo livre. **Movimento**. Porto Alegre, v. 14, n. 03, p. 13-32, setembro/dezembro de 2008.

PIRES, P. S. Entendendo o ecoturismo In: TRIGO, L. G. G. (org.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo SP: Roca, 2005.

PINHEIRO, A. F. Uma análise dos fatores favoráveis à prática do turismo de aventura no município de Quixadá - CE. **Anais... II Seminário internacional de Turismo Sustentável**. 2008.

Portaria nº 43, de 8 de junho de 2010. Diário oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. quarta-feira, 09. Jun. 2010.. Seção 01. P. 78. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5557807/pg-78-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-06-2010>>. Acesso em: 20. Out. 2013.

PORTUGUEZ, A. P. Turismo rural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi(org.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo, 2005.

_____. A Aplicabilidade das Aerofotografias Amadoras em Estudos Geográficos do Turismo. In: SEABRA. G. F.; PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, Queiroz, O. T. M. M. (Org.) **Comunidades, natureza e cultura no turismo**, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

_____. Geografía Humana del bajo río Doce. Uberlândia: Assis, 2010. Disponível em: <http://assiseditora.com.br/geohumana/index.html> . Acesso em 15 de fev. 2013.

_____. Paisagem, ruralidade e funcionalidade turística. **Destarte**, Vitória, v.3, n.2, p. 01---13, out., 2013. Disponível em: <http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte>. Acessado em 19 de jan. 2014.

QUEIROZ, O. T. M. M. O meio rural e sua apropriação pelo turismo. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. e QUEIROZ, O. T. M. M. (Org). **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local**. Editora Universitária da UFPB, 2012.

RAMALHO, A.M.C.; Oliveira, C.A.A.; Morais, P.S.A.; Costa, S.O.P. Impactos ambientais, culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, Matureia (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.1, 2009. p. 35-56. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/12/10>. Acesso em: 21 mar. 2013.

RAMPAS DO BRASIL. Associação Brasileira de Voo livre. Disponível em: <<http://www.abvl.esp.br/index.php/rampas-do-brasil>>. Acesso em: 20. out. 2013. RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA, E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemas, tendências e desafios**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: n.4. p. 25-39. 1985. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/viewFile/270/251>>. Acesso em 12. Ago. 2013.

_____. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SAMPAIO, C. A. C. El turismo como fenómeno histórico. Estudios y Perspectivas del Turismo, v.13, p. 290-300, 2004. **Turismo**, v.13, p. 290-302, 2004. Disponível em: <<http://estudiosenturismo.com.ar/PDF/V13/v13n3-4a06.pdf>>. Acesso em 26. Jul. 2013.

_____. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, F. L. A.; SOUSA, M. J. N. Caracterização geoambiental do planalto cuestasiforme de Ibiapaba, Ceará. **GEONORTE**, edição especial, v.2, n.4, p.301-309, 2012. Disponível em: <http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_CHARACTERIZA%C3%87%C3%83O%20GEOAMBIENTAL%20DO%20PLANALTO%20CUESTIFORME%20DA%20IBIAPABA%20%E2%80%93%20CEAR%C3%81.pdf>. Acesso em: 09. set. 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos 1).

SCHWARTZ, G. M. EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A GESTÃO DO NICHOS DA AVENTURA. In: Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura. 7., Congresso Internacional de Atividades de Aventura, São Paulo, p. 147-152. 2012.

SEBRAE. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. Estudo Setorial Artesanato. 2005 Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>. Acesso em: 04. Out. 2013.14 de out de 2013.

_____. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. Estudo Setorial do turismo. 2005. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/9F1D224E351B9B688325750000638987/\\$File/NT0003A47E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/9F1D224E351B9B688325750000638987/$File/NT0003A47E.pdf)>. Acesso em: 20. out. 2013.

SILVA, C. R. **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SILVA, E. V. Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In: SEABRA, G.(org.) **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

SILVA, E. V.; RODRIGUEZ, J. M. M. GEOECOLOGIA DA PAISAGEM: ZONEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL EM AMBIENTES ÚMIDOS E SUBÚMIDOS. **Revista Geográfica de América Central**. Nº 47 Especial. EGAL, 2011- Costa Rica. p. 1-12., II semestre. 2011.

SOARES, A. S.; SILVA, Q. P. O ecoturismo em áreas naturais protegidas: um instrumento para a competitividade. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aracaju, v.3, n.1, p. 44-62, 2010.

SPINK, M. J. P.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: Reflexão e Crítica, on line**, v.18, n.1, 2005, p. 26-38.

TAHARA, A. K.; CARNICELLI-FILHO, S. Análise da oferta do turismo de aventura na Costa do Cacau/Bahia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.198-211, ago. 2012.

TEIXEIRA, F. P. Gestão do Conhecimento Aplicada à Gestão Sustentável do Turismo em Parques Nacionais. 27 de julho de 2010. 231f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2010.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**, Maringá: Eduem, 2010.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

_____. Os esportes de aventura e sua interface com o turismo e o lazer. **Impulso**, Piracicaba, SP, v. 16, n. 39, 2005. P. 149-151. Disponível em:

<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp39art11.pdf>. Acesso em: 30. abr. 2013.

_____. Juventude e esportes radicais: elementos associados à esfera do lazer. Juventude.br (**Centro de Estudos e Memória da Juventude**), v. 4, p. 43-44, dez. 2009.

VIEIRA, L. L. OLIVEIRA, I. J. Turismo, Espaço e Paisagem: Uma Abordagem Geográfica da Escolha de Destinos Turísticos na Era Digital. IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo 2012.

XAVIER, C. V. Educação Ambiental: Uma alternativa para amenizar os impactos ambientais do ecoturismo. **Revista Global Tourism**, v. 2, Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20uma%20alternativa%20para%20amenizar%20os%20impactos%20ambientais%20do%20Ecoturismo.pdf>>. Acesso em: 13. Out. 2013.

SOBRE O AUTOR

Francisco Irapuan Ribeiro



- Francisco Irapuan Ribeiro. Professor bacharel e licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).
- É professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas.
- Autor dos livros:
Terminologia prática para o acadêmico de Educação Física;
Educação Física e Felicidade;
- Contato: irapuan.uea@gmail.com;

